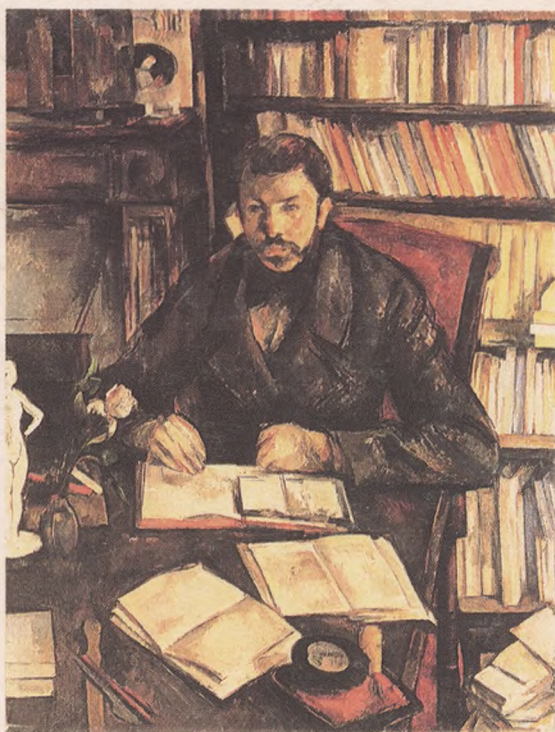


REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



HISTÓRIA E LITERATURA

VOLUME 21, 2000

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CAMPO LITERÁRIO PORTUGUÊS?

O caso da extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores em 1965* **

Volvidos que estão cerca de trinta e cinco anos sobre o encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE), motivado pela atribuição do Grande Prémio de Novelística ao escritor angolano Luandino Vieira, muito pouco ou nada se disse ainda sobre os problemas que de um ponto de vista sociológico se podem colocar ao universo dos escritores no Portugal de sessenta[^]). Tanto mais se pensarmos que a análise desse episódio permite surpreender um certo tipo de relação que nas últimas décadas os escritores têm assumido com a política, ao mesmo tempo que proporciona uma discussão em torno da aplicação do conceito de *campo literário*, tal como Pierre Bourdieu o tem definido em algumas

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

**0 presente texto é a reformulação de um capítulo da dissertação de mestrado *O Campo Literário em Portugal (1960-1995): Prémios Literários, Escritores e Acontecimentos*, Universidade Nova de Lisboa-FCSH (texto policopiado), 1998.

0 Sobre a extinção da SPE existem apenas descrições ou análises efectuadas pelos próprios escritores, como o texto de Orlando da Costa, "Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE)/ Associação Portuguesa de Escritores (APE)", in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, s.L., Círculo de Leitores, 1996, vol. II, pp. 941-944 ou o folheto comemorativo do X.º aniversário da APE: *Breve Memorial da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE) e Associação Portuguesa de Escritores (APE)*, [Francisco Lyon de Castro], 1993.

das suas obras⁽²⁾. Para o autor, a questão do *campo* só se levanta quando nos deparamos com uma reivindicação de autonomia, por parte dos escritores, para a sua prática. Dito de outra maneira, o processo de autonomização do campo literário tem início quando a prática literária é acompanhada por um discurso que visa caucionar a sua legitimidade relativamente aos poderes político e económico⁽³⁾, aquilo que o autor chama de "política da independência"⁽⁴⁾. Em França, por exemplo, o campo literário só conheceu a sua génese no século XIX, quando Flaubert e Baudelaire rejeitaram quer a "arte burguesa", pautada pelo sucesso comercial e pelo conformismo moral, quer a "arte social", dependente das exigências da política). Com esta

(2) Pierre Bourdieu, "Le champ littéraire", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 89, 1991, pp. 3-46; *Les Règles de l'Art: Genèse et Structure du Champ Littéraire*, Paris, Éditions du Seuil, 1992.

(3) Pierre Bourdieu considerou como um dos principais factores constitutivos do campo literário a ruptura com a ordem económica, factor que estaria na origem do *subcampo de produção restrita* (onde se inserem os defensores da "arte pela arte", detentores de um elevado grau de consagração mas de fracos ganhos económicos), por contraposição ao *subcampo de grande produção* (orientado para a satisfação das exigências do poder económico, e onde os escritores têm fraca consagração específica mas elevados benefícios económicos); para outros autores que defenderam igualmente a existência de um conflito genético entre os valores comerciais e os valores intelectuais de uma forma geral, veja-se: Bertrand de Jouvenel, "The Treatment of Capitalism by Continental Intellectuals", in G. B. de Huznar (dir.), *Intellectuals: A Controversial Portrait*, Illinois, The Free Press of Glencoe, 1960, pp. 385-397; sobre a influência inelutável dos factores económicos na literatura, vejam-se: Richard A. Peterson, "Six Constraints on the production of literary works", *Poetics*, n° 14, 1985, pp. 45-67 (os seis constrangimentos que o autor identifica na produção de obras literárias são, para além do mercado, a lei, a tecnologia, a estrutura industrial, a estrutura organizacional e as carreiras ocupacionais); H. Verdaasdonk, "Social and economic factors in the attribution of literary quality", *Poetics*, n° 12, 1983, pp. 383-395.

(4) Pierre Bourdieu, *Les Règles...*, p. 88.

(5) Alain Viala defende que já para o século XVII é possível observar os primeiros sinais da institucionalização da figura do escritor como uma entidade com autonomia relativa: Alain Viala, *Naissance de l'écrivain: sociologie de la littérature à l'âge classique*, Paris, Éditions de Minuit, 1985; *Les institutions de la vie littéraire en France au XVIIe siècle*, Lille, ANRT, 1985. Em *Les Règles...*, Bourdieu pôs em causa as conclusões de Viala, o que originou uma pequena polémica, desenvolvida em Alain Viala e Denis Saint-Jacques, "A propos du champ littéraire: histoire, géographie, histoire littéraire", *Annales - Histoire et Sciences Sociales*, vol. 49, n° 2, 1994, pp. 395-406.

dupla recusa das interferências do exterior, os escritores exigiam a sua total liberdade na gestão dos assuntos especificamente literários, ao mesmo tempo que instauravam sanções simbólicas, as quais "[...] são o produto automático da concorrência que opõe nomeadamente os autores consagrados, os mais expostos à sedução dos pactos mundanos e das honrarias temporais, sempre suspeitos de serem a contrapartida de renúncias ou reneгаções, e os recém-chegados, menos submetidos, por posição, às solicitações exteriores, e com tendências para a contestação das autoridades estabelecidas em nome dos valores (desinteresse, pureza, etc.) de que estas últimas se reclamam, ou se reclamaram para se imporem"⁽⁶⁾.

Foi no seguimento desse processo de auto-consciencialização que se consolidou um conjunto de instituições com o papel de celebrar e de preservar os valores inscritos nessa revolta fundadora. Instâncias como as revistas, os prémios, as editoras, etc. formam uma teia institucional que coloca em relação a produção, a legitimação e a autonomização da literatura. Para que exista campo é assim necessário, segundo Bourdieu, que o argumento da autonomia surja simultaneamente no *habitus*⁽⁷⁾, nas práticas e nas instituições.

O estudo dos acontecimentos que se reportam à extinção da SPE obriga-nos a examinar alguns desses pressupostos. Na realidade, a utilização do conceito de *campo literário* em Portugal suscita alguns problemas teóricos, visto que a lei fundamental subjacente à genealogia do campo, a revolta contra as ingerências das instituições políticas e

Para outros autores que puseram em causa a aplicabilidade do conceito de *campo*, vejam-se também: Bernard Lahire, "Champ, hors-champ, contrechamp", in Bernard Lahire (dir.), *Le Travail Sociologique de Pierre Bourdieu - dettes et critiques*, Paris, Éditions La Découverte, 1999, pp. 23-57; Jean-Louis Fabiani, "Les règles du champ", in *idem*, pp. 75-91.

⁽⁶⁾ Pierre Bourdieu, *Les Règles...*, p. 90.

⁽⁷⁾ Sobre a dependência recíproca dos conceitos de *habitus* e de *campo*, veja-se Pierre Bourdieu, "Le champ littéraire...". Para uma crítica à aplicação que Bourdieu faz desse conceito, vejam-se: Robin Griller, "The Return of the Subject? The Methodology of Pierre Bourdieu", *Critical Sociology*, vol. 22, n° 1, 1996, pp. 3-28; Axel van den Berg, "Is sociological theory too grand for social mechanisms?", in Peter Hedstrom e Richard Swedberg (dir.), *Social Mechanisms: An Analytical Approach to Social Theory*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, pp. 204-237;

económicas⁽⁸⁾, foi manipulada de forma retórica para fins de luta política, dinamitando assim as bases do próprio conceito. E isso tanto se aplica aos escritores que se opunham ao regime como àqueles que mantinham laços com as instituições do Estado Novo, como ainda às próprias figuras do governo, que tomaram a decisão de encerrar a SPE com base no argumento de que a Sociedade teria violado a regra de ouro do mundo literário. Mas, antes de seguirmos o fio dos acontecimentos e concretizarmos o que acabámos de afirmar, importa ter presente o processo que levou à constituição da SPE para, nesse mesmo movimento, percebermos a importância estratégica dos prémios literários por ela caucionados.

A criação da SPE e a importância dos prémios literários

Quando em 1956 a SPE foi criada, as únicas instituições que em parte estavam vocacionadas para a afirmação social dos escritores (do ponto de vista da atribuição regular de prémios literários)⁽⁹⁾ eram a Academia das Ciências de Lisboa, pela sua Classe de Letras⁽¹⁰⁾, e o Secretariado Nacional da Informação Cultural Popular e Turismo (SNI), que em 1944 substituiu o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN)⁽¹¹⁾. Quando o SPN surgiu, apresentando à sua frente um

⁽⁸⁾ No seu estado mais puro, o discurso da autonomia conduz inclusivamente à rejeição das instituições literárias. Em Portugal, um exemplo deste tipo de atitude é Herberto Helder, que recusa entrevistas, fotografias, colaboração em jornais e revistas, prémios literários; uma coerência da qual o escritor pode também retirar alguns dividendos: autoexcluir-se das práticas ditas mundanas tem grande repercussão no interior do campo de especialistas, podendo funcionar como mecanismo de consagração.

⁽⁹⁾ Das poucas instituições especificamente literárias existentes, refiram-se o Grémio Nacional dos Editores e Livreiros e o Sindicato Nacional da Crítica. Com influência na actividade literária, havia ainda a Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais (antecessora da actual Sociedade Portuguesa de Autores, assim designada desde 1970), surgida em 1925 para salvaguardar os interesses dos criadores ligados às artes dramáticas.

⁽¹⁰⁾ Entre 1933 e 1980, a Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa atribuiu o Prémio Ricardo Malheiros.

⁽¹¹⁾ O Governo atribuiu, de 1934 até 1962, os seguintes prémios: Prémio Eça de Queiroz (romance e novela), Prémio Ramalho Ortigão (ensaio), Prémio Antero de Quental (poesia) e Concurso de Manuscritos (um relativo a prosa, outro a poesia). Estes prémios, à excepção do Concurso de Manuscritos, foram depois

elemento destacado do grupo dos escritores, Antonio Ferro, tinha como um dos seus grandes desígnios fornecer um enquadramento oficial aos diversos sectores da actividade cultural. Intenção essa que se objectivou, desde o início da sua actividade, com a criação dos prémios. De facto, logo depois de 1934 começaram a ser premiados os primeiros escritores, pintores, escultores, jornalistas, actores e cineastas.

A ambição do governo era transformar o Estado na entidade que conferia competência literaria e artistica, sancionando a qualidade dos produtos e assegurando aos seus autores "urna atmosfera em que lhes seja fácil criar"⁽¹²⁾. A realidade, todavia, revelou-se bem mais complexa, principalmente no que aos escritores dizia respeito. Embora os Salões de Arte Moderna e respectivos prémios tenham assinalado níveis consideráveis de participação de alguns dos principais artistas portugueses, o Estado Novo não logrou "enquadrar com a eficácia desejada os 'homens de letras'"⁽¹³⁾. O próprio António Ferro o veio a admitir passados dez anos de experiência à frente dos destinos do SPN, afirmando que os autores "novos", "de orientação discutível mas de inegável talento, por desdenhosa atitude olímpica se revelaram, se impuseram sem nunca terem concorrido aos nossos prémios"⁽¹⁴⁾.

Com a criação, em 1944, do SNI, a grande maioria dos escritores consagrados pela generalidade da crítica literária continuou a não concorrer aos prémios do regime. Como refere Jorge Ramos do Ó, apoiando-se em publicações oficiais que faziam um balanço da actividade literária⁽¹⁵⁾, "o oposicionismo literário era perfilhado pela maior parte dos escritores", pelo que "o facto literário desenvolveu-se

substituídos pelos Prémios Ocidente, um para prosa outro para poesia. Em 1966, mantendo-se todos estes, foram criados mais alguns prémios: o Grande Prémio Nacional de Literatura (bienal), Prémio Nacional de Poesia (anual), Prémio Nacional de Novelística (anual), Prémio Nacional de Ensaio (anual). Quando em 1968 foi criada a Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT) a designação destes prémios manteve-se.

⁽¹²⁾ *Idem, ibidem*, p. 18.

⁽¹³⁾ Jorge Ramos do Ó, "Prémios Literários (SPN / SNI)", in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História...*, vol. II, p. 790.

⁽¹⁴⁾ António Ferro, *Prémios...*, p. 140.

⁽¹⁵⁾ Manuel Lopes de Almeida, "Vitalidade da cultura portuguesa", in AAVV, *IV Congresso da União Nacional*, Lisboa, s. e., 1956, p. 141; Luís Forjaz Trigueiros, "Trinta anos de cultura nacional", *Panorama*, n° 2, Jun. 1956.

pois em circuito adverso"⁽¹⁶⁾. Claro que se avançarmos até aos finais da década de sessenta, no período imediatamente posterior à extinção da SPE, e inícios da década de setenta, verificamos que o regime levou a cabo uma estratégia de aliciamento ou de integração de alguns escritores com prestígio no meio literário que, embora não sendo apoiantes do regime (pelo menos explicitamente), também não alinhavam com o Partido Comunista. Referimo-nos, por exemplo, a Vitorino Nemésio⁽¹⁷⁾, a Agustina Bessa-Luís⁽¹⁸⁾, a António Ramos Rosa⁽¹⁹⁾ e a Vergílio Ferreira⁽²⁰⁾. De qualquer forma, os galardões do SNI eram concedidos, em princípio, a quem colaborasse com o regime ou não contrariasse, "pela sua intenção, nem o espírito nem a ética do Estado Português"⁽²¹⁾. Neste sentido, César Moreira Baptista, nomeado Director do SNI em 1959, veio a defender mais tarde que os prémios

(16) Jorge Ramos do Ó, *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a "Política do Espírito" 1933-1949 - ideologia, instituições, agentes e práticas*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999, p. 223.

(17) Não só este escritor foi premiado em 1966 com o principal galardão literário do SNI, o Grande Prémio Nacional de Literatura, como no discurso da entrega dos Prémios do SNI a 15 de Março de 1967, César Moreira Baptista anunciou que o Chefe do Estado, por proposta de Salazar, resolveu conceder a esse escritor o Grande Oficialato da Ordem de Santiago da Espada, distinção que consagrava "os méritos de uma vida inteira de labor ao serviço das Letras e na valorização da Cultura nacional", César Moreira Baptista, *Os Prémios do Secretariado e a Política do Espírito*, Lisboa, SNI, 1968, p. 78. Do mesmo modo, Vitorino Nemésio foi presidente da Comissão Nacional Portuguesa do V Centenário de Gil Vicente, celebrado no Brasil em 1965.

(18) Agustina Bessa-Luís recebeu o Prémio Nacional de Novelística (1968), assim como colaborou em diversos júris dos prémios do SNI. Informação obtida em entrevista ao poeta João Rui de Sousa, realizada a 20 de Março de 1998.

(19) António Ramos Rosa recusou em 1971 o Prémio Nacional de Poesia da Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT), o qual acabou por ser atribuído, a título póstumo, a José Régio.

(20) Repare-se na seguinte afirmação de Vergílio Ferreira: "[...] tive um telefonema importante da Natércia Freire. Disse-me ela que um júri constituído por Domingos Monteiro, Forjaz Trigueiros, Bessa-Luís e Graça Freire me tinham atribuído o Grande Prémio de Novelística do Secretariado do Turismo [relativo a 1972], que é o antigo SNI. E perguntava-me se aceitava. Disse que não", em *Conta-Corrente I*, Lisboa, Bertrand, 1982, p. 121.

(21) Base II do regulamento dos prémios literários do SPN, in António Ferro, *Prémios...*, p. 206.

eram atribuídos aos escritores que "não negam a Pátria ou não fazem das Letras ou das Artes um meio de subversão" (22).

Foi neste contexto que em 1956 irrompeu a SPE, vinda na sequência de aturadas negociações com o regime(23), uma vez que Salazar nunca deixou de colocar entraves ao livre exercício de associação: a constituição de associações estava dependente da aprovação prévia do Ministério do Interior, constituindo factor decisivo a lista com os nomes propostos para os respectivos corpos gerentes. O mesmo já não acontecia quanto à constituição de cooperativas, legislada por um diploma da I República segundo o qual não era necessário submeter os nomes dos seus órgãos sociais a esse controlo, bastando, para o efeito, a escritura notarial. Assim se compreende que ao longo da década de sessenta tenha sido prática corrente a criação de cooperativas, evitando-se desse modo os referidos obstáculos jurídicos (por exemplo, ao abrigo desse subterfúgio legal surgiram em 1964 as cooperativas Pragma em Lisboa e Confronto no Porto)(24).

Dos estatutos da SPE, homologados por despacho ministerial de 4 de Julho de 1956, constava como objectivo da Sociedade "desenvolver o espírito de solidariedade entre os escritores, promover a difusão da obra literária nacional, adquirir regalias e defender os direitos morais e materiais dos associados"(25). A Sociedade afirmava-se ainda "alheia a todas as manifestações de carácter político ou religioso e, como tal, alheia também às ideias políticas ou religiosas dos seus associados"(26). Pela direcção dos seus corpos gerentes passaram nomes como os de Aquilino Ribeiro, Jaime Cortesão, Joaquim Paço d'Arcos, Ferreira de Castro e Jacinto do Prado Coelho.

Entre as suas actividades mais regulares e significativas contava-se a atribuição de prémios literários. Logo em 1959, surgiu o Prémio Camilo Castelo Branco, subsidiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, com carácter anual e visando distinguir originais de prosa

(22) César Moreira Baptista, *Os Prémios do Secretariado e a Política do Espírito*, Lisboa, SNI, 1968, p. 38.

(23) Consulte-se o já referido folheto comemorativo do Xº aniversário da APE.

(24) António Reis, "Cooperativas Culturais", in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História...*, vol. I, pp. 211-212.

O SPE, *Estatutos da Sociedade Portuguesa de Escritores*, Lisboa, 1956, p. 3.

(21) *Idem, ibidem.*

de ficção (romance, novela ou conto^{X27}). Dada a heterogeneidade dos géneros admitidos a concurso, o prémio passou a ser atribuído exclusivamente ao romance quando mais tarde, em 1962, foi criado o Grande Prémio de Novelística. Aliás, nesse mesmo ano verificou-se uma multiplicação dos prémios distribuídos pela SPE, reflexo natural da sua estratégia de progressiva consolidação no meio: foram criados os Grandes Prémios de Poesia, Ensaio e Teatr^{X28}), bem como os Prémios de Revelação, para as primeiras publicações nos mesmos géneros literários. A importância destes prémios na vida literária dos anos sessenta é bem visível no balanço da actividade artística e literária de 1962 efectuado pelo *jornal de Letras e Artes*: "Os nossos três prémios literários importantes, o prémio Camilo, o prémio de Poesia e o prémio de Teatro, fizeram este ano maior sensação do que nos anos anteriores, sensação essa que não se traduzindo numa aceitação unânime da decisão dos júris por parte de alguns intelectuais representou, em todo o caso, a nossa vitalidade literária. [...] Um outro prémio, o da Academia das Ciências de Lisboa, o prémio Ricardo Malheiros, atribuído ao jovem romancista Orlando Costa, teve também a sua não menos importante decisão na formação das novas hierarquias das letras portuguesas"⁽²⁹⁾.

A capacidade de intervenção da SPE aumentava assim exponencialmente, sendo considerada, ao lado da Academia das Ciências, a grande responsável pela "formação das novas hierarquias das letras portuguesas". O que é bem revelador do papel privilegiado que os prémios assumem nas estratégias de autonomização da literatura e de diferenciação interna por géneros.

Na verdade, num domínio como o da escrita, caracterizado

⁽²⁷⁾ Na sua primeira edição, o prémio Camilo Castelo Branco distinguiu José Rodrigues Miguéis pelo livro *Léah e Outras Histórias*. Foram também premiados, nas suas sucessivas edições, Vergílio Ferreira (*Aparição*), Fernanda Botelho (*A Gata e a Fábula*), Jorge Reis (*Matai-vos Uns aos Outros*), José Cardoso Pires (*O Hóspede de Job*), Isabel da Nóbrega (*Viver com os Outros*).

⁽²⁸⁾ Os Grandes Prémios de Poesia, Teatro, Ensaio e Novelística, também eles subsidiados pela Fundação Calouste Gulbenkian, eram bienais e concedidos alternadamente, num dos anos aos dois primeiros, no ano seguinte aos outros dois.

⁽²⁹⁾ *Jornal de Letras e Artes*, "1962 nas Artes e nas Letras", 9 Jan. 1963, última página.

pelo fraco grau de formalização dos momentos que regulam essa actividade e pela grande indeterminação dos critérios de acesso a um estatuto profissional⁽³⁰⁾, a entrega de prémios literários⁽³¹⁾ constituía (e constitui) um momento privilegiado para se reafirmarem os valores centrais da literatura e para a objectivação da condição de escritor. Porque são espaços de agregação, garantem uma certa solidariedade de grupo, estabelecem hierarquias entre os escritores e ritualizam uma determinada prática institucional que põe em relação os agentes, as instituições e os critérios de consagração. Uma solidariedade que depende, em última análise, da distribuição de recompensas e de privilégios pelos membros do grupo em troca de continuarem a assim serem identificados e reconhecidos. O prestígio inerente às recompensas é, aliás, um aspecto essencial para a estabilidade de um grupo e, nesse sentido, os prémios desempenham também um papel de controlo social, o qual faz aumentar o empenho na continuidade do grupo⁽³²⁾. Por outras palavras, os prémios contribuem para o sentido

(30) Natalie Heinich, "Façons d'êtré' écrivain: l'identité professionnelle en régime de singularité", *Revue Française de Sociologie*, vol. XXXVI, n° 3, 1995, pp. 499-524.

(31) Sobre o papel dos prémios literários, vejam-se W. de Nooy, "Gentlemen of the jury... The features of experts awarding literary prizes", *Poetics*, vol. 17, n° 6, 1988, pp. 531-545; Nathalie Heinich, "Publier, consacrer, subventionner: les fragilités des pouvoirs littéraires", *Terrain*, n° 21, 1993, pp. 33-46. Para uma perspectiva comparativa sobre a atribuição de prémios literários em diferentes contextos, vejam-se, por exemplo: Priscilla P. Clark, "Styles of subsidy: support for writers in France and The United States", *The French Review*, vol. 1, n° 4, 1977, pp. 543-549; Priscilla P. Clark and Terry Nichols, "Patrons, publishers, and prizes: the writer's estate in France", in Joseph Ben-David and Terry Nichols Clark (dir.), *Culture and Its Creators - essays in honor of Edward Shils*, Chicago, The University of Chicago Press, 1977, pp. 197-225; Priscilla P. Clark, *Literary France: The Making of a Culture*, Berkeley, University of California Press, 1987; Esther Kinsky, "Les Prix: garanties de valeur ou instruments du marché?", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 121-122, suplemento *Liber*, n° 34, 1998, p. 4; Martin Chalmers, "*Curriculum Vitae*: Les prix littéraires dans les pays germanophones européens", *ibidem*, p. 8; Marie-Françoise Cachin, "La course aux prix en Grande-Bretagne", *ibidem*, pp. 8-9; Nathalie Heinich, *L'Épreuve de la Grandeur: prix littéraires et reconnaissance*, Paris, La Découverte, 1999.

(32) W. J. Goode, *The Celebration of Heroes: Prestige as a Social Control System*, Berkeley, University of California, 1978.

de integração e de identidade do grupo. Todavia, são também lugares onde a luta pelo reconhecimento se faz sentir com redobrada intensidade e onde os conflitos e a concorrência entre os produtores traduzem as antinomias fundamentais do campo⁽³³⁾.

Os elementos aqui aduzidos, nomeadamente a criação da SPE e a multiplicação súbita dos prémios literários por ela atribuídos, dão conta de uma estratégia levada a cabo no sentido de uma crescente autonomização da literatura. Todavia, a extinção da SPE e os sinais de que o regime começava a sentir uma certa incomodidade com a evolução dos acontecimentos vieram pôr em causa esse processo de autonomização e institucionalização que ganhava contornos na primeira década de sessenta (um processo que mesmo na adversidade foi em parte continuado, como veremos, graças à acção do Centro Nacional de Cultura).

A extinção da SPE

Em 1965, a SPE distinguiu com o Grande Prémio de Novelística o escritor angolano Luandino Vieira pelo seu livro *Linianda*. O autor da obra premiada encontrava-se, na altura, preso no Tarrafal a cumprir uma pena de prisão de catorze anos por alegado envolvimento em actividades terroristas. O júri referente ao prémio desse ano era constituído por Alexandre Pinheiro Torres, Manuel da Fonseca, Fernanda Botelho, João Gaspar Simões e Augusto Abelaira (este último enquanto presidente do júri, que só votava em caso de empate). Fernanda Botelho, Alexandre Pinheiro Torres e Manuel da Fonseca⁽³⁴⁾

(33) Pierre Bourdieu, *Les Règles...*

(34) O voto de Manuel da Fonseca levantou alguma controvérsia devido a uma contradição gerada nos interrogatórios da PIDE, que veio mais tarde a ser revelada no suplemento "Cultura" do *Diário de Notícias* de 19 de Maio de 1985, vinte anos decorridos sobre o acontecimento. Segundo a versão de João Gaspar Simões, Manuel da Fonseca teria também votado a favor da atribuição do prémio a Luandino Vieira. Todavia, quando interrogado pela PIDE, negou, afirmando que se abstivera. A PIDE procedeu então a uma acareação entre Gaspar Simões e Manuel da Fonseca. Vergílio Ferreira afirmou sobre este caso: "[...] os seus correlegionários que funcionam na imprensa nunca declararam e escamoteiam - e o Simões pôs em Letra redonda no *Notícias* - ou seja, que ao ser chamado à PIDE por causa do Prémio do Luandino, que ele votou, se raspou da entaladela e mentiu, dizendo que se abstivera, o que apenas o Simões fez", in *Conta-Corrente (nova série)*, vol. III, Lisboa, Bertrand, 1994, p. 66.

votaram em Luandino Vieira, e João Gaspar Simões votou em Urbano Tavares Rodrigues pelo livro *Terra Ocupada*.

Segundo Alexandre Pinheiro Torres, só quando saiu publicada no *Diário de Notícias* a informação de que Luandino Vieira estava preso é que surgiu toda a polémica em torno da atribuição desse prémio⁽⁵⁵⁾. Joaquim Paço d'Arcos, na altura Presidente da Assembleia Geral e chefe dos serviços da Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, publicou um opúsculo onde referia que, ao regressar de uma viagem a Paris, se tinha deparado com a notícia da outorga dos três prémios literários pela SPE e, numa nota em itálico, apensa à notícia e "disfarçada em telegrama de Londres"⁽⁵⁶⁾, dava-se conta da identidade do laureado e da acusação que sobre ele incidia, manifestando-se, simultaneamente, a indignação perante o facto de se estar a premiar um terrorista⁽³⁷⁾. Como refere Alexandre Pinheiro Torres: "Logo a seguir, a odiosa e achincalhante campanha desencadeada pelos *mass media*, quase totalmente a soldo do Fascismo. Luandino Vieira 'era um terrorista'(?), encontrava-se preso no Tarrafal, e a decisão do júri em premiá-lo 'era uma forma indirecta de coonestar o bandoleirismo facinoroso que queria arrebatar-nos o sagrado solo da Pátria'. Nós, os membros desse júri, éramos, pois, outros tantos traidores, e o *Diário da Manhã* gritou do alto da pena de Barradas de Oliveira que deveríamos fazer companhia ao *gangster* angolano"⁽³⁸⁾.

Pouco depois da notícia do *Diário de Notícias*, saiu no *Jornal do Fundão*, de cuja secção literária era então responsável Alexandre Pinheiro Torres, a notícia da entrega do prémio⁽³⁹⁾. Notícia igual a tantas

(35) Alexandre Pinheiro Torres, "Todos mentem e fingem" (entrevista de Fernando Venâncio), *Ler*, Círculo de Leitores, n° 32, 1995, pp. 42-51.

(36) Joaquim Paço d'Arcos, *A dolorosa razão duma atitude: Para a História da SPE e do seu fim*, Lisboa, edição do autor, 1965, pp. 3-21.

(37) Este folheto, publicado mais tarde após a sua demissão do cargo que ocupava na SPE, motivou diversas reacções da parte de alguns escritores, entre eles, Jacinto do Prado Coelho, João José Cochofel e Joel Serrão, que distribuíram um comunicado onde consideravam "indispensável responder-lhe, para nosso desagravo": "Comunicado n° 3", ANTT, Arquivo PIDE/DGS, *Sociedade Portuguesa de Escritores (Associação Portuguesa de Escritores)*, Proc. n° 232 CI (1).

(38) Alexandre Pinheiro Torres, "Luandino Vieira: Dez Anos Depois (1964-1974)", in *Idem, O Neo-Realismo Literário Português*, Lisboa, Moraes, 1977, p. 214.

(39) *Jornal do Fundão*, suplemento *Argumentos*, 23 Maio 1965, p. 5 (este foi o primeiro número em que Alexandre Pinheiro Torres assumiu a direcção do referido suplemento).

outras que saíram nos jornais da capital a anunciar a entrega do prémio, não fora o facto de ao lado da coluna com o texto constar uma fotografia de Luandino Vieira. Como a PIDE não possuía nenhuma fotografia do escritor angolano, perguntaram a Alexandre Pinheiro Torres como é que a tinha arranjado, a que este respondeu: "'Olhe, por acaso tenho muitas fotografias de escritores. Essa tenho-a desde *A Cidade e a Infância*, o primeiro livro dele'. 'A *Cidade e a quê?*'. E foi aí que eu fiquei entalado e fui comprometer, sem querer, a Casa dos Estudantes do Império, que o vendia. Aí a PIDE descobriu por onde entravam os livros do Luandino" ⁱ⁴⁰). Com efeito, estavam depositados na Casa dos Estudantes do Império diversos volumes de *Luuanda*, restituídos por algumas livrarias que os recusaram devido a uma má apresentação gráfica. Os poucos exemplares que existiam nas livrarias esgotaram-se, depois de ter saído no *Diário de Lisboa* uma crítica, assinada também por Alexandre Pinheiro Torres, onde tecia rasgados elogios ao livro. A PIDE sentiu, pois, dificuldade em encontrar um exemplar de *Luuanda*. Todas estas circunstâncias concorreram para o encerramento da Casa dos Estudantes do Império, que veio a acontecer em Setembro de 1965, medida que se baseou na acusação de que ela serviria de ponto de partida para diversas actividades de propaganda política contra o Estado. A Casa dos Estudantes do Império foi, de facto, um pólo de contestação do colonialismo português e um espaço de sociabilidades de onde surgiram alguns dos principais quadros e dirigentes dos movimentos de libertação que tinham surgido em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique⁽⁴¹⁾.

Diversos indícios davam conta de que a SPE estaria já na mira do Governo. Segundo Augusto Abelaira, o regime tinha fundamentalmente dois objectivos: acabar com a Sociedade e, mais do que isso, encerrar a Casa dos Estudantes do Império⁽⁴²⁾. José Gomes Ferreira, logo após o 25 de Abril, avançou com a tese segundo a qual "a atribuição do prémio a Luandino não passou de um pretexto para

⁽⁴⁰⁾ Citado em Alexandre Pinheiro Torres, "Todos mentem...", p. 48.

⁽⁴¹⁾ António Faria, *A Casa dos Estudantes do Império: itinerário histórico*, Lisboa, Câmara Municipal - Biblioteca Museu República e Resistência, 1995; Cláudia Orvalho Castelo, "Casa dos Estudantes do Império", in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História...*, vol. II, pp. 130-131.

⁽⁴²⁾ Entrevista a Augusto Abelaira, Lisboa, 15 de Dezembro de 1997.

aniquilar um organismo que, pela autoridade que possuía junto do público, fazia desvanecer inteiramente o SNI e a imagem da 'política do espírito'" (43). Afirmção que Manuel Ferreira corroborou: "estávamos convencidos de que o principal objectivo era justificar, a âmbito nacional, a eliminação de vez da SPE, que desde a sua fundação vinha constituindo um espinho acerado no artificioso sistema de apoio ao Governo [...], espreitando a oportunidade para se abater sobre ela'^44). O que parece ser atestado pelo facto de as notícias que davam conta das actividades da SPE assumirem tons diferentes consoante o jornal que as relatava. Por exemplo, o *Diário da Manhã* de 7 de Fevereiro de 1962, ao noticiar a Assembleia Geral da SPE onde se discutiram as listas dos novos Corpos Gerentes para o triénio de 1962/64, relatou-a em termos de "cenas lamentáveis". O jornal *A Voz* afinou pelo mesmo diapasão, relatando "tumultos e grosseria". Numa informação sobre essa Assembleia Geral, enviada pela PIDE ao Ministro de Estado Adjunto, referia-se que, "[...] analisados os nomes que constituem a referida lista(45), verifica-se que a serem eleitas as pessoas constantes da mesma, os respectivos cargos ficarão entregues a indivíduos que em grande parte e dados os seus antecedentes políticos, se aproveitarão daquela circunstância para conduzirem, segundo a sua maneira, as actividades da SPE, embora dos seus Estatutos conste uma cláusula que diz que a mesma será alheia a todas as manifestações de carácter político ou religioso e, como tal, às ideias políticas ou religiosas dos seus associados'^46).

(43) José Gomes Ferreira, "A História está por fazer", *Diário de Notícias*, suplemento *Artes e Letras*, 25 Jul. 1974, p. I.

(44) Manuel Ferreira, "SPE Vinte anos depois da Extinção", *Diário de Notícias*, suplemento *Cultura*, 19 Maio 1985, p. V.

(45) A lista dos Corpos Gerentes para o triénio de 1962/64 ficou composta pelos seguintes escritores: Nuno Simões, Judith Navarro e Carlos Estorninho da Assembleia Geral (suplentes: Victor Santos, Roberto Nobre, António de Sousa); Ferreira de Castro, Manuel da Fonseca, João José Cochofel, Matilde Rosa Araújo e Manuel Ferreira da Direcção (suplentes: Delfim Santos, Lopo de Carvalho, Manuela de Azevedo, Fernanda Botelho, Antunes da Silva); Castelo Branco Chaves, Faure da Rosa e Afonso Botelho do Conselho Fiscal (suplentes: Sant'Anna Dionisio, Adriano Gusmão e Júlio Graça).

O¹⁶) A PIDE apresentou uma lista com os nomes que considerava inofensivos (Judith Navarro, António Sousa, Manuel Ferreira, Delfim Santos, Lopo de Carvalho, Antunes da Silva, Júlio Graça e Fernanda Botelho), os que considerava como elementos da oposição (Nuno Simões, Carlos Estorninho, Faure da Rosa e Roberto

No mesmo sentido, o *Diário da Manhã* de 8 de Dezembro de 1962 noticiou a Assembleia Geral Ordinária do dia anterior sob o título irónico de "Outra sessão pacífica da Sociedade de Escritores". Aí se relatava a forma como uma proposta de Orlando Vitorino sobre a atribuição de prémios fora rejeitada, tendo motivado acesa discussão entre os presentes⁽⁴⁷⁾. Orlando Vitorino, Domingos Monteiro e Tomaz de Figueiredo abandonaram a reunião. Um sócio da SPE, Ribeiro dos Santos, apresentou então um requerimento, assinado, entre outros, por José Cardoso Pires, Urbano Tavares Rodrigues, Antunes da Silva, Manuel de Azevedo, Redondo Júnior e Augusto Abelaira, onde se pedia à Direcção da SPE que mandasse averiguar o procedimento dos escritores que tinham abandonado a sala de reuniões, sugerindo igualmente que os seus nomes fossem excluídos de sócios. O requerimento não foi aprovado, em especial devido à intervenção de Roberto Nobre que respondeu: "[...] a Sociedade está numa situação grave e devia pensar-se nas consequências que para todos adviriam ao tomar a atitude pretendida em relação a três sócios, adeptos de facções contrárias às dos presentes. Embora a atitude de Orlando Vitorino constitua uma 'cabala organizada'⁽⁴⁸⁾. No ano seguinte, o mesmo jornal noticiou, numa pequena secção denominada de *Dia-a-Dia*, a entrega do Grande Prémio de Ensaio relativo a 1962 com o sugestivo título: "Não engulam o prémio!", afirmando que a SPE teria criado esse prémio para "recompensar os amigos" e que "a maquia estava destinada ao Dr. Mário Dionísio", pelo que "ficava tudo entre amigos"⁽⁴⁹⁾. O teor destas notícias que davam conta das actividades da SPE não era novidade. Em 1960, mais precisamente no dia 30 de

Nobre) e aqueles considerados com "tendências comunistas" (Victor Santos, Ferreira de Castro, Manuel da Fonseca, João José Cochofel, Sant'Anna Dionísio, Manuela de Azevedo, Castelo Branco Chaves e Adriano de Gusmão). "Informação nº 5/62", ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, *Sociedade Portuguesa de Escritores (Associação Portuguesa de Escritores)*, Proc. nº 461/54 - S.R.

⁽⁴⁷⁾ Orlando Vitorino entregou um documento à SPE onde pôs em causa a própria existência dos prémios. Contestou a situação de dependência financeira (nomeadamente quanto ao Grémio dos Editores e Livreiros e à Gulbenkian) e a escolha dos júris, que considerou motivo das mais injustas arbitrariedades, *Diário da Manhã*, 8 Dez. 1962, p. 8.

⁽⁴⁸⁾ *Idem, ibidem*.

⁽⁴⁹⁾ *Diário da Manhã*, "Não engulam o prémio", 30 Jun. 1963, p. 1.

Março, o *Diário da Manhã* fez sair um artigo sobre a SPE, onde se considerava que essa instituição "fazia coro com as emissões de Moscovo". Estaria assim em curso, segundo o jornal, uma "tentativa de assalto à vida intelectual - que tem sido uma das mais hábeis manobras da ofensiva vermelha entre nós", tendo como "ponto de apoio a SPE" (50).

Todavia, outros jornais desse mesmo dia, como o *República*, o *Diário de Lisboa*, o *Diário Popular* e inclusivamente o *Diário de Notícias*, considerado um jornal afecto ao regime (51), não dão conta das cenas relatadas pelos jornais anteriormente citados, o que parece indicar que a Sociedade estava, de facto, na mira do governo, esperando apenas um pretexto forte para a encerrar. Jorge de Sena levantou essa suspeita não só em relação às intenções do Governo, como também de determinados sócios, ao afirmar que "[...] a raiva contra a SPE datava da fundação, em cujos manejos participei - e logo neles não entraram muitos sujeitos que agora se terão dado ares de indignação... [...] a que ponto a Sociedade não foi, de dentro, vítima das clássicas manobras de provocação? Em que medida não estavam interessados em que ela fosse fechada, talvez porque não iriam ganhar umas próximas eleições com a mesma disponibilidade de continuarem a premiar-se uns aos outros, às esposas uns dos outros, e aos criados deles e das esposas? Ou os 'chineses' que agora andam em maré de catastrofismo? Ou o Estado, que à véspera de eleições, e de importantes concessões africanas, tem todo o interesse em apertar a tarraxa? Ou tudo junto" (52).

A PIDE parece pois ter apertado o, cerco às actividades dos escritores considerados incómodos para o regime. Por exemplo, um dos relatórios semanais dessa polícia, cujas informações diziam respeito aos colóquios culturais promovidos pela Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto (onde participaram diversos sócios da SPE, como José Cardoso Pires, Sophia de Mello Breyner Andresen, António Ramos Rosa,

(50) *Diário da Manhã*, "Quando eles falam no medo", 30 Mar. 1960, p. 1.

(51) Augusto de Castro, seu director à data dos acontecimentos, era considerado próximo do ideário salazarista: participou em muitas das iniciativas do SNI, tendo sido premiado em 1968 com o Grande Prémio Nacional de Literatura desse organismo e foi Embaixador de Portugal no Brasil.

(52) Carta de Jorge de Sena, 4 Jul. 1965, em *Jorge de Sena/Vergílio Ferreira: Correspondência*, organização e notas de Mécia de Sena, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987, p. 144.

Orlando da Costa, Augusto Abelaira, Óscar Lopes) continha afirmações com o seguinte teor: "O grau de interesse por essas pretensas sessões culturais, não era suscitado pela projecção ou talento do conferencista, mas sim pelo seu maior ou menor prestígio, adquirido na defesa de princípios políticos opostos aos que actualmente vigoram no país"⁵³).

No dia 21 de Maio de 1965, os elementos do júri do Grande Prémio de Novelística, Augusto Abelaira, Alexandre Pinheiro Torres e Manuel da Fonseca⁴) foram presos pela PIDE e interrogados pelos inspectores Silva Pais e Sachetti. Os outros dois elementos não foram detidos por razões distintas. João Gaspar Simões afirmou que o caso não lhe dizia respeito, uma vez que não votara em Luandino Vieira, e Fernanda Botelho, graças à intervenção pessoal do embaixador da Bélgica, de quem era secretária particular, acabou também por não ser presa. O diplomata assustou a PIDE com a possibilidade de um incidente diplomático caso a sua secretária ficasse detida. Na noite desse mesmo dia, a sede da SPE foi assaltada e saqueada por "desconhecidos". No *Diário de Notícias* do dia seguinte, em "Últimas Notícias", podia ler-se que: "[...] os assaltantes começaram por afixar, numa das portas de entrada, um dístico onde se podia ler: 'Agência dos terroristas na Metrópole'. Nas várias salas, nas paredes, viam-se, ainda, outras frases. Uma delas: 'MPLA Sucursal'. Todo o mobiliário foi completamente destruído. Portas e janelas danificadas. Candeeiros e molduras partidos. Máquinas de escrever e ficheiros inutilizados. Os prejuízos são elevadíssimos"⁵⁵).

Entretanto, Salazar e Galvão Teles, Ministro da Educação Nacional, lançaram um ultimato à SPE: ou a direcção dava por nula a decisão do júri, ou a Sociedade era encerrada. Lançados os dados, Jacinto do Prado Coelho, presidente da Direcção, convocou uma reunião extraordinária para a tarde de 20 de Maio onde terá proposto a suspensão do prémio. Esta é a versão de Joaquim Paço d'Arcos⁵⁶),

(⁵³) "Relatório Semanal n.º 6/63 - S. R. da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), Delegação do Porto", ANTT, Arquivo PIDE/DGS, *Sociedade Portuguesa de...*

(⁵⁴) Em dois telegramas dirigidos ao Ministro da Educação Nacional, datados de 26 e 27 de Maio de 1965, largas dezenas de escritores protestaram contra a prisão de alguns elementos do júri e reclamavam a sua imediata libertação; *idem, ibidem*.

(⁵⁵) Citado em *Breve Memorial da...*, p. 13.

(⁵⁶) Joaquim Paço d'Arcos, *A dolorosa razão...*

que não coincide com a de Alexandre Pinheiro Torres, "Joaquim Paço d'Arcos [...] defendeu aferradamente a ordem governamental, mas o Presidente da Sociedade, Jacinto do Prado Coelho, apoiado pelos outros membros, e arriscando mesmo mais que a sua própria carreira universitária, não cedeu; não retirou a confiança ao júri, nem lhe passou o atestado de incompetência'⁵⁷).

Da reunião saiu um comunicado, publicado nos jornais do dia seguinte, que não continha, segundo Joaquim Paço d'Arcos, "a suspensão do prémio, como o Presidente da Direcção propusera na sua intervenção inicial" (58). Embora não sendo o comunicado que ele, Joaquim Paço d'Arcos, escreveria, acabou por o aceitar, tal como Luís Forjaz Trigueiros, descontente também ele com os moldes em que tinha sido redigido o texto. O que desde logo ressalta desse comunicado é, em primeiro lugar, o facto de a SPE, justificando a sua decisão, ter revelado algo de extraordinário que punha em causa a sintonia entre a metrópole e as colónias, pelo menos no que dizia respeito a Angola⁽⁵⁹⁾. Um ano antes, Luandino Vieira obtivera, com a mesma obra, *Lunanda*, o prémio Mota Veiga de ficção. Mas não só. Outros livros de Luandino Vieira haviam sido anteriormente premiados: em 1961 recebeu o Prémio do Conto atribuído pela Sociedade Cultural de Angola; no ano seguinte, o Prémio João Dias da Casa dos Estudantes do Império; e em 1963, o Prémio do Conto da Associação dos Naturais de Angola, que, paradoxalmente, se insurgiu contra a atribuição do prémio de Novelística da SPEC⁵⁰).

Em segundo lugar, a Sociedade sustentava que a atribuição se havia baseado "exclusivamente no valor literário da obra, o que de modo nenhum significa um juízo referente às actividades de que o autor é acusado"⁽⁶¹⁾. Todavia, Galvão Telles, em despacho de 21 de Maio de 1965, considerou que, "apesar de tornadas do domínio público a identidade e a situação do mesmo indivíduo, nem o júri revogou aquela

(57) Alexandre Pinheiro Torres, "Luandino Vieira: Dez Anos Depois (1964-1974)", in *Idem, O Neo-Realismo Literário Português*, Lisboa, Moraes, 1977, p. 215.

(58) Joaquim Paço d'Arcos, *A dolorosa razão...*, p. 12.

(59) *República*, "Um esclarecimento da Sociedade Portuguesa de Escritores", 22 Maio 1965, p. 8. Publicado também em *A Voz*, 25 Maio 1965, p. 6.

(60) ANTT, Arquivo PIDE/DGS, *Sociedade Portuguesa de...*

(61) *República*, "Um esclarecimento..."

decisão nem os corpos gerentes a repudiaram", uma vez que "tal repúdio se não contém, nem mesmo de forma implícita, no comunicado remetido pela Direcção da Sociedade à Imprensa"⁽⁶²⁾. Assim, e nos termos do artº 4.º do Decreto-Lei n.º 39660 de 20 de Maio de 1954⁽⁶³⁾, ficava extinta a Sociedade Portuguesa de Escritores. O argumento que sustentou este documento foi obviamente a atribuição do prémio a Luandino Vieira. O despacho de Galvão Telles considerou a decisão da SPE um acto que ofendia profundamente "o sentimento nacional, quando soldados portugueses tombam no Ultramar vítimas do terrorismo de que o premiado foi averiguadamente agente"⁽⁶⁴⁾.

De um ponto de vista estritamente político, a decisão de mandar encerrar a SPE padecia de uma ambiguidade, referida com ironia numa troca de correspondência entre Vergílio Ferreira e Jorge de Sena, quando este último se encontrava no Brasil. Tomando em linha de conta os argumentos políticos que estavam em jogo, se Luandino Vieira era um terrorista e reivindicava a independência de Angola, considerava, como tal, que Angola deveria ser um Estado independente de Portugal. Nesse caso, como refere Vergílio Ferreira, "o Governo devia congratular-se com o prémio, destinado a portugueses, o que implica portanto a afirmação de que Luandino é *português* embora ele o não queira". Da mesma forma, e partindo do princípio que o júri premiou Luandino Vieira por motivos políticos, a SPE estava a ofender as convicções do escritor premiado, pois declarava-o "português à força"⁽⁶⁵⁾. E assim, como refere Jorge de Sena em resposta à carta de Vergílio Ferreira, "o júri, na hora em que galardoou o homem, julgando fazer alarde de independência de espírito (ou até de arrelhar o Salazar), fez, afinal, voto de espírito colonialista [...]"⁽⁶⁶⁾.

⁽⁶²⁾ Citado em *Notícias de Portugal*, n.º 943, 29 Maio 1965, p. 6.

⁽⁶³⁾ Segundo o decreto, "podem ser extintas pela entidade competente para aprovar os respectivos estatutos as associações que exerçam actividade diversa da prevista nos mesmos ou contrária à ordem social e bem assim as que funcionem em desacordo com o disposto no artigo Iº deste diploma", ou seja, que lesem "os interesses da sociedade ou dos princípios em que assenta a ordem moral, económica e social da Nação".

⁽⁶⁴⁾ Citado em *Notícias de Portugal*, n.º 943, 29 Maio 1965, p. 6.

⁽⁶⁵⁾ Carta de Vergílio Ferreira, 27 Jun. 1965, in *Jorge de Sena/Vergílio Ferreira: Correspondência*, (organização e notas de Mécia de Sena), Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987, p. 137.

⁽⁶⁶⁾ Carta de Jorge de Sena, 4 Jul. 1965, *ibidem*, p. 144.

O momento de glória do Neo-Realismo e o papel determinante de Alexandre Pinheiro Torres

Do relato apresentado é possível retirar algumas ideias que vêm contrariar alguns dos pressupostos relativos à história do neo-realismo. Para diversos autores que analisam a história do movimento e, de uma forma geral, do Estado Novo, o neo-realismo começou a afirmar-se no panorama literário nacional na década de trinta e surge já esgotado na década de sessenta, marcado pelas suas sucessivas polémicas internas, que progressivamente o foram minando⁽⁶⁷⁾. Carlos Reis, que baliza o neo-realismo entre 1935 e 1960, defende que no início dos anos sessenta se entrava "na época em que começava a ser pertinente sobretudo olhar criticamente para trás e ajuizar sobre o que se tinha feito e sobre o que ficara incompleto"⁽⁶⁸⁾. Aliás, já Vergílio Ferreira, em plena polémica com Alexandre Pinheiro Torres, diagnosticava que "[...] o neo-realismo que os catequistas patarrecas nos querem impor está morto. Mal ou bem, cumpriu a sua missão, mas está morto. E se de facto não morreu, vive apenas numa agonia que se prolonga, porque um certo condicionalismo se não modificou ainda. A sua influência fez-se sentir, sem dúvida, largamente. Mas creio que se esgotou. Ou porque julga Torres que não tem freguesia lá na tenda [...]?"⁽⁶⁹⁾. * 834

⁽⁶⁷⁾ Refira-se, a título de exemplo, a polémica entre João Pedro de Andrade e Mário Dionísio: João Pedro de Andrade, "A Poesia da Moderníssima Geração", *Seara Nova*, n.º 831, 1943; Mário Dionísio, "Ficha 13", *Seara Nova*, n.º 832, Lisboa, 1943, pp. 249-252; Mário Dionísio, "Ficha 13-A", *Seara Nova*, n.º 833, Lisboa, 1943, p. 270; João Pedro de Andrade, "Arrumação duma ficha", *Seara Nova*, n.º 834 e 836, Lisboa, 1943, pp. 285-286 e 314-317. Ou ainda entre António José Saraiva e João José Cochofel: António José Saraiva, "Humanismo e Ciência", *Ler*, n.º 2, Maio 1952; João José Cochofel, "Notas soltas acerca da arte, dos artistas e do público", *Vértice*, n.º 107, Jul. 1952, p. 345; António José Saraiva, "Problema mal posto", *Vértice*, n.º 109, Set. 1952, pp. 495-499; João José Cochofel, "Problema falseado", *Vértice*, n.º 109, Set. 1952, p. 502.

⁽⁶⁸⁾ Carlos Reis, *O Discurso Literário do Neo-Realismo Português* (dissertação de doutoramento em Filologia Românica, defendida na Faculdade de Letras de Coimbra), Coimbra, Livraria Almedina, 1983, p. 19.

⁽⁶⁹⁾ Vergílio Ferreira, "Palavras finais. Tréplica de Vergílio Ferreira", *Jornal de Letras e Artes*, 20 Fev. 1963, p. 9. Esta polémica teve origem num artigo de Alexandre Pinheiro Torres, que a pretexto de uma crítica ao romance de estreia de Almeida Faria, *Rumor Branco* (galardoado com o Prémio de Revelação de

As análises de algumas obras historiográficas reproduzem esta ideia, apontando os finais dos anos cinquenta e os inícios da década seguinte como assinalando a crise do neo-realismo. João Madeira considera que a oposição entre interpretações diferentes do marxismo, "[...] esteve sempre presente desde finais dos anos trinta e pôde matizar-se discretamente na década de quarenta, mas levantou fervura, tornou-se intempestiva na viragem para a década seguinte e foi suficientemente forte para enquadrar ou determinar a crise do neo-realismo [..⁷⁰).

Ora a leitura que se pode fazer da lógica dos acontecimentos que giraram em torno da extinção da SPE aponta talvez para a maior vitória alcançada pelo neo-realismo, que finalmente lograva atingir um dos seus objectivos primordiais: implicar a literatura nos movimentos de contestação política e ideológica ao salazarismo⁷¹). E, neste processo, Alexandre Pinheiro Torres foi um elemento preponderante⁷²), uma vez

Prosa da SPE), aproveitou para atacar Vergílio Ferreira, autor do prefácio do livro. Alexandre Pinheiro Torres não podia ter sido mais explícito na forma como nomeou o alvo das suas críticas: "O existencialismo nas letras portuguesas, sob a alta tutela de Vergílio Ferreira, está presentemente a viver um grande momento de euforia", *Jornal de Letras e Artes*, "Rumor Branco de Almeida Faria", 30 Jan. 1963, p. 3. Trinta anos após a 1ª edição do livro de Almeida Faria, os textos da polémica foram reunidos em anexo à 4ª edição de *Rumor Branco*, Lisboa, Caminho, pp. 115-161.

(70) João Madeira, *Os Engenheiros de Almas: o Partido Comunista e os Intelectuais*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, p. 314. Uma perspectiva semelhante é apresentada por Osvaldo Silvestre, "Neo-Realismo", in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História...*, vol. II, pp. 662-664: "[o neo-realismo] configura-se como um parêntesis, fechado em fim de 50, no ciclo mais largo de um modernismo apenas esgotado na viragem da década de sessenta para a de setenta" (p. 664).

(71) Sobre a intersecção do literário e do ideológico no neo-realismo, vejam-se, por exemplo: Eduardo Lourenço, *Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista*, Lisboa, Dom Quixote, 1968; Alexandre Pinheiro Torres, *O Neo-Realismo Literário Português*, Lisboa, Moraes, 1977; Joaquim Namorado, "Le Néo-réalisme portugais: résistance et combat au salazarisme", *Philologica Pragensia*, vol. XXIII, n° 2, 1980, pp. 93-95; Carlos Reis (dir.), *Textos Teóricos do Neo-Realismo Português*, Lisboa, Seara Nova, 1981.

(72) Segundo Antonio José Saraiva e Óscar Lopes, "Alexandre Pinheiro Torres foi durante os anos 60, na página literária do *Diário de Lisboa*, o mais influente crítico de posição neo-realista", in *História da Literatura Portuguesa*, 17ª ed., Porto, Porto Editora, 1996, p. 1071.

que o prémio atribuído a Luandino Vieira se ficou a dever directamente à sua influência. Já fora do prazo da candidatura ao prémio, Alexandre Pinheiro Torres foi à Casa dos Estudantes do Império convencê-los a reunir os seis exemplares necessários para se entrar no concursop). Como mais tarde confessou, a sua acção tinha segundas intenções. Dos restantes elementos do júri, Pinheiro Torres era o único que sabia que Luandino Vieira estava preso no Tarrafal⁽⁷⁴⁾. E assim, "estava realmente interessado em que Luandino Vieira ganhasse [...]; não só tinha consciência de que era o melhor livro que ali estava, como sabia que ia dar um grande barulho"⁽⁷⁵⁾.

Atravessava-se então um período em que a oposição estava enfraquecida. Na realidade, a extinção da SPE veio no seguimento de um processo especialmente doloroso para a oposição: o desfecho do movimento em torno do Quartel de Beja, o assalto ao Santa Maria, a guerra colonial, a questão universitária de 1962⁽⁷⁶⁾, a crescente emigração de intelectuais portugueses e o assassinato de Humberto Delgado em Fevereiro de 1965 (o corpo viria a ser encontrado no dia 24 de Abril desse ano). Todo o ano de 1965 foi marcado, aliás, pela continuação do combate académico⁽⁷⁷⁾ contra a repressão, greves sucessivas e choques com a polícia. Mas a crise pareceu não só atingir

(73) "De facto - e nisso o Paço d'Arcos tinha razão -, o livro não tinha sido enviado a concurso dentro do prazo. Fui eu que, ao ver que o livro não estava entre os concorrentes, fui à Casa dos Estudantes do Império e lhes lembrei que o livro podia ir a concurso", *idem, ibidem*.

(74) *Idem, ibidem*, p. 46.

(75) Alexandre Pinheiro Torres, "SPE Vinte anos depois da Extinção", *Diário de Notícias*, suplemento *Cultura*, 19 Maio 1985, p. V.

(76) Onde a SPE tomou posição num comunicado de intelectuais filiados à Sociedade. Entre os signatários constava grande parte da intelectualidade portuguesa ligada à oposição. Entre outros, Álvaro Salema, Alves Redol, António Ramos Rosa, Aquilino Ribeiro, Augusto Abelaira, Fernando Namora, Francisco Sousa Tavares, João Gaspar Simões, Joaquim Namorado, José Cardoso Pires, José Cutileiro, Carlos de Oliveira, José Gomes Ferreira, José Régio, José Saramago, Luís Francisco Rebelo, Luís Sttau Monteiro, Mário Sacramento, Mário Soares, Raúl Rego, Sophia de Mello Breyner Andresen e Urbano Tavares Rodrigues; João Pedro Ferro (dir.), *A Primavera que abalou o regime. A crise académica de 1962*, Lisboa, Presença, 1996, pp. 425-426.

(77) Em Janeiro de 1965, a PIDE prendeu vários estudantes universitários de Lisboa e Coimbra, tentando assim evitar a eclosão de uma nova "crise

as orlas do regime, pois "para uma boa parte da nova geração de jovens trazidos à política desde a campanha de Delgado em 1958 e às lutas académicas de 1962, a esclerose estendia-se à própria Oposição tradicional e ao PCP⁽⁷⁸⁾). E a SPE não passava, para Alexandre Pinheiro Torres, da "Confraria dos Paz d'Alma⁽⁷⁹⁾", chegando mesmo a afirmar que em Portugal se vivia "[...] um período de acalmia e de grande submissão dos escritores [...]. O nosso prémio obriga os fascistas [...] a revelarem-se, a tirarem a máscara. A SPE, ao ser destruída e martirizada, presta um serviço formidável no esclarecimento público dos objectivos do Estado Novo. É o Estado totalitário que se desmascara. Que se assume, agora publicamente, no palco da Europa, como fascista, ditatorial, violento [...]. A Sociedade só é falada no momento em que é destruída. Fala-se dela em todo o mundo, culpando Salazar. E Salazar não gosta. Sente o abalo⁽⁸⁰⁾).

Tratando-se de uma situação limite, o encerramento da SPE veio pôr fim, pelo menos no período imediatamente posterior ao acontecimento, a uma certa ambiguidade no convívio reinante entre os escritores afectos e opositores ao regime, que se viram assim obrigados a assumir uma posição. Joaquim Paço d'Arcos foi talvez um dos exemplos mais flagrantes, tendo justificado a sua demissão do cargo que ocupava na Sociedade com as seguintes palavras: "No meu entender, não era só o valor absoluto ou relativo duma obra literária que podia estar em causa. Havia outros valores na conjuntura portuguesa de que a SPE não podia fazer tábua rasa. Quando cem mil famílias portuguesas tinham filhos em África a combater [...], a SPE não podia premiar a obra dum condenado por actos de terrorismo em Angola" ⁽⁸¹⁾.

académica". Em consequência, realizaram-se nessas duas cidades manifestações estudantis de protesto contra a prisão dos seus colegas. Em Julho-Agosto realizou-se o julgamento, onde desfilaram como testemunhas de defesa professores universitários e liceais, intelectuais, dirigentes estudantis, médicos, juristas e até oficiais do exército.

⁽⁷⁸⁾ Fernando Rosas, "SPE Vinte anos depois da Extinção", *Diário de Notícias*, suplemento *Cultura*, 19 Maio 1985, p. III.

⁽⁷⁹⁾ Alexandre Pinheiro Torres, "A minha polémica com Vergílio Ferreira", *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 30 Jun. 1992, p. 10.

⁽⁸⁰⁾ Alexandre Pinheiro Torres, "Todos mentem e fingem...", p. 49.

⁽⁸¹⁾ Joaquim Paço d'Arcos, *A dolorosa razão duma atitude...*, p. 7.

A sua justificação apoiava-se assim na convicção de que haveria implicações políticas por detrás da atribuição do prémio, o que punha em causa um dos princípios que deveriam pautar o mundo da literatura: a rejeição de qualquer tipo de motivação política nos juízos literários proferidos pelos escritores. Reclamando-se guardião do princípio da autonomia, afirmava que a Sociedade estaria a violar essa regra. Lógica, aliás, em que assentou toda a argumentação do Governo. Atente-se, por exemplo, na seguinte passagem do discurso de César Moreira Baptista, Secretário Nacional da Informação, no discurso de entrega dos prémios literários do SNI em 28 de Julho de 1965: "Alguns, porém, tentaram, clara ou disfarçadamente, atingir diferentes e até criminosos objectivos, não sendo novidade para ninguém que certos prémios só eram concedidos aos que serviam fins que nada tinham a ver com a Arte e a Literatura. Factos bem recentes ilustram esta afirmação e só espanta que tão tardiamente se tivesse notado o que, desde há muito, constitui método ao serviço de acção planificada. Seja-me lícito afirmar que, em oposição a esse critério, sempre no Secretariado os propósitos foram bem diferentes pois os nossos prémios sempre foram dados aos que, pelos seus méritos, deles merecedores, sem cuidar de escolas ou de grupos, mas apenas com o firme desejo de servir a Cultura Nacional. Apenas se analisa o valor intrínseco dos trabalhos apresentados⁸²).

Nesse processo de busca de legitimação para a decisão tomada, o governo serviu-se também da televisão para discutir o valor literário da obra de Luandino Vieira. Em mesa-redonda transmitida pela RTP, os presentes (entre eles Amândio César e o escritor angolano Vítor Bessa) chegaram à conclusão que "*Luuanda* era uma obra sem qualquer mérito, e nem sequer estava escrita em português⁸³).

Na voragem dos acontecimentos, a Gulbenkian teve também de se posicionar num dos lados da contenda. Num comunicado dirigido ao Governador-Geral de Angola, Azeredo Perdigão afirmou que a Fundação não tinha intervenção na constituição dos júris que atribuíam os prémios da SPE, nem tão-pouco nas suas resoluções. Condenou ainda, indirectamente, o escritor Luandino Vieira, manifestando a sua "mais profunda repulsa pelos actos de terrorismo praticados nessa

(82) César Moreira Baptista, *Os Prémios do Secretariado...*, p. 12.

(83) Alexandre Pinheiro Torres, "Luandino Vieira: Dez Anos...", p. 215.

provincia⁸⁴). A Fundação Calouste Gulbenkian publicou ainda um outro comunicado no jornal *República* onde referia que a instituição iria rever a sua política de subsídios em matéria de prémios atribuídos por outras entidades, de modo a evitar que a atribuição "se realize com desvio dos fins que ela teve em vista ao patrociná-los⁸⁵". Dito de outro modo, houve um assumir claro de posição por parte da Fundação Gulbenkian, que se ficou a dever ao facto de, em discussão com Azeredo Perdigão, Pedro Teotónio Pereira (antigo ministro e diplomata) ter ameaçado demitir-se do seu cargo de administrador caso não houvesse, da parte da Fundação, uma demarcação clara dos protestos pelo encerramento da SPE. Aliás, para certos grupos da oposição ao regime, a vida da Fundação não estava isenta de suspeições, pois do seu Conselho de Administração faziam parte diversos elementos próximos do poder político⁸⁶). Por fim, a Universidade sentiu-se também obrigada a tomar partido: o Senado da Universidade de Lisboa, em sessão de 28 de Maio de 1965, aprovou uma moção de censura à SPE.

Do outro lado da barricada, dos que contestavam a atitude do governo, as reacções foram enérgicas, traduzindo-se não raras vezes na circulação de manifestos, comunicados, panfletos⁸⁷). Além disso,

⁽⁸⁴⁾ A Voz, 25 Maio 1965, p. 6.

⁽⁸⁵⁾ *República*, "Prémios Literários da Sociedade Portuguesa de Escritores", 22 Maio 1965, p. 8.

⁽⁸⁶⁾ Os Estatutos da Fundação, aprovados em 18 de Julho de 1956, foram redigidos por Salazar, Marcelo Caetano e Azeredo Perdigão. Este último ficou como Presidente do Conselho de Administração por sugestão de Salazar. Do Conselho de Administração faziam parte Pedro Teotónio Pereira (antigo ministro de Salazar), Francisco Leite Pinto (dirigente da Mocidade Portuguesa e Ministro da Educação Nacional), o duque de Palmeia (embaixador em Londres nos anos quarenta), Luís de Guimarães Lobato (Vice-presidente da CML durante a administração de Salvação Barreto) e Marcelo Duarte Matias (Ministro dos Negócios Estrangeiros). Pedro Aires Oliveira, "Fundação Calouste Gulbenkian", in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Círculo de Leitores, vol. I, 1996, pp. 373-376.

⁽⁸⁷⁾ Durante os meses subsequentes à extinção da SPE, foi prática corrente a circulação de comunicados e panfletos clandestinos, que ultrapassaram inclusivamente as fronteiras do país. Veja-se, a título de exemplo, um panfleto de 16 de Junho de 1965 que termina da seguinte forma: "Pede às organizações do teu país onde te encontras que protestem junto do governo português. Comunica aos teus camaradas estrangeiros o que se passa e pede-lhes que enviem telegramas à

foram dirigidos diversos telegramas ao Ministro da Educação Nacional, com as assinaturas de dezenas de escritores e intelectuais, telegramas também provenientes de outros países onde se encontravam exilados intelectuais portugueses. Do mesmo modo, os jornais portugueses onde muitos desses exilados colaboravam publicaram uma catadupa de artigos de protesto, como por exemplo, o *Diário de Notícias* de New Bedford⁽⁸⁸⁾, o *Portugal Democrático* de S. Paulo⁽⁸⁹⁾, ou ainda O *Imigrante Democrático* de Paris. Numa carta de 4 de Julho de 1965 dirigida a Vergílio Ferreira, Jorge de Sena confirmou que "a questão da SPE teve aqui [Araraquara, S. Paulo, Brasil] grande repercussão, claro que desfavorável. E nós lavrámos o nosso público protesto que a Imprensa publicou⁽⁹⁰⁾. Todas as notícias que me chegam dão conta da histeria organizada que V. me descreve. E recebi, mandado por ele⁽⁹¹⁾, um repugnante folheto do Paço d'Arcos, cujos empregados, lá nos matos moçambicanos, estavam a ver o que ele fazia [...]"⁽⁹²⁾. Este acontecimento, todavia, se teve um eco importante em Lisboa (assim como nas comunidades de emigrantes intelectuais espalhadas pelo mundo), já o mesmo não parece poder afirmar-se para o contexto mais alargado do território nacional. Se tomarmos em linha de conta as afirmações de Agustina Bessa Luís, o encerramento da SPE "foi mais

embaixada ou ao consulado português da terra onde te encontras. Organiza tu mesmo abaixo-assinados junto dos teus amigos portugueses e envia-os para a Frente Patriótica de Libertação Nacional". O que parece ter atingido os seus objectivos, uma vez que diversos telegramas e abaixo-assinados de intelectuais portugueses emigrados foram retidos pelos Serviços Centrais da PIDE; ANTT, Arquivo PIDE/DGS, *Sociedade Portuguesa de...*

⁽⁸⁸⁾ "Os Intelectuais Lusos em Apuros", *Diário de Notícias*, New Bedford, 15 Jul. 1965.

⁽⁸⁹⁾ *Portugal Democrático*, "Terror Cultural", S. Paulo, Jul. 1965.

⁽⁹⁰⁾ O comunicado a que Jorge de Sena se refere foi publicado em *Portugal Democrático*, "Terror Cultural", S. Paulo, Jul. 1965, no qual constam as assinaturas de alguns intelectuais portugueses exilados no Brasil: Adolfo Casais Monteiro, Maria Archer, Jorge de Sena, Fernando Lemos, Paulo de Castro, João Sarmento Pimentel, Armindo Blanco, Sidónio Muralha, João Apolinário, Joaquim Barradas de Carvalho, Miguel Urbano Rodrigues, Rui Luís Gomes, José Morgado, Vítor Ramos e Jonas Negalha. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, *Sociedade Portuguesa de...*

⁽⁹¹⁾ Jorge de Sena está a referir-se a Alexandre Cabral.

⁽⁹²⁾ Carta de Jorge de Sena, 4 Jul. 1965, *Jorge de Sena/Vergílio Ferreira...*, p. 143.

vivido, talvez até por causa da repressão ao nível da imprensa, em Lisboa do que propriamente na província. Quem participou e que esteve aqui viveu mais isso. As coisas chegavam mais atenuadas. [...] A verdade é que não teve no Norte, a não ser, claro, naqueles elementos que participavam mais profundamente nisso, e que já tinham filiação partidária muito séria" ⁱ⁹³).

Os escritores cujas posições eram mais ambíguas porque, ora conviviam com escritores da oposição, ora participavam em iniciativas de e com escritores de direita, o que era, para a esquerda literária, sinal de conivência com o regime, viram-se também obrigados a revelar as suas inclinações: a medida tomada pelo governo não deixava lugar para posições intermédias. Foi o caso de David Mourão-Ferreira, que se viu obrigado a pedir a sua demissão na RTP, onde era responsável por alguns programas literários. Instado a preparar um programa onde teria que assumir posição pelo governo, David Mourão-Ferreira demitiu-se. Para Alexandre Pinheiro Torres, foi um acto importante pois, a partir daí, "a gente corta o Mourão-Ferreira, que já tinha feito parte da comissão de apoio à eleição do Delgado, a gente corta-o definitivamente para o nosso lado" ⁹⁴).

Maria de Lourdes Belchior Pontes apresentou também a sua demissão do cargo de Adido Cultural da Embaixada do Brasil no Rio de Janeiro como forma de protesto contra uma medida tomada pelo Ministro da Educação Nacional que proibia os Professores Orlando Vitorino e Lindley Cintra de participar num Congresso de Plistória realizado no Brasil (foi proibida também uma conferência por Lindley Cintra a realizar-se no Grémio Literário) ⁹⁵). Tal ficou a dever-se ao facto de os seus nomes constarem de um documento de protesto endereçado ao Ministro com mais de duzentas assinaturas de escritores portugueses. Documento esse que serviu de referência, segundo Alexandre Pinheiro Torres, à Comissão de Censura para a partir daí proceder a algumas perseguições, nomeadamente aos trabalhos

⁽⁹³⁾ Agustina Bessa-Luís, *Agustina por Agustina* (entrevista de Artur Portela), Lisboa, Dom Quixote, 1986, p. 45.

ⁱ⁹⁴) Alexandre Pinheiro Torres, citado em "Todos mentem e fingem...", p. 49.

⁽⁹⁵⁾ Informação referida num panfleto que circulou clandestinamente, "Comunicado n.º 4 - Informação ao Público, Apelo à Consciência Nacional de 17 de Junho de 1965", ANTT, Arquivo PIDE/DGS, *Sociedade Portuguesa de...*

literários publicados por esses escritores e à sua colaboração na imprensa, o mesmo acontecendo com os membros do júri que atribuiu o prémio, os quais, logo após a sua libertação, ficaram proibidos de colaborar na imprensa e esta de pronunciar os seus nomes(%).

A SPE deixou um lastro implícito no processo que levou à criação da Associação Portuguesa de Escritores (APE) em 13 de Abril de 1973. De facto, os actos preparatórios da homologação da APE parecem ter sido conduzidos de forma a que a nova associação fosse relacionada com a Sociedade. Quando foi proposta a Marcello Caetano a constituição de uma nova entidade representativa dos escritores, o chefe do Governo proibiu que fosse utilizado o nome 'Sociedade', para que tal se não assemelhasse a um acto de reabilitação da antiga SPE, ou seja, como afirmou Luiz Pacheco, ⁷o prof. [Marcello Caetano] não queria inculpar os autores, todos à paisana, do assalto, não podia haver uma coisa *herdeim* da anterior'^97). Todavia, tal como quando da criação da SPE, o primeiro acto público tendente à constituição da agremiação realizou-se na Casa do Alentejo. E os nomes que mais directamente estiveram envolvidos nesse acto faziam parte da SPE, como Álvaro Salema, António Quadros, Fernanda Botelho, Manuel Ferreira, João José Cochofel, Óscar Lopes, Sophia de Mello Breyner e Vergílio Ferreira. A própria organização interna da APE assemelhava-se em quase tudo à SPE. Por exemplo, tal como nesta última, a APE dispunha de delegações em Coimbra (Joaquim Namorado e Paulo Quintela) e no Porto (Óscar Lopes, António Rebordão Navarro, Bento da Cruz, António Cabral, Arnaldo Saraiva, Victor de Sá, Santos Simões e Egito Gonçalves). Muitos dos escritores referidos tinham as mesmas funções na SPE. Mais ainda, os estatutos da APE retomaram integralmente os da SPE, nomeadamente no que dizia respeito aos critérios de admissão e aos seus objectivos genéricos. Finalmente, na tomada de posse como Presidente da Assembleia Geral, Sophia de Mello Breyner Andresen referiu, no seu discurso, que ⁷em todos os momentos da sua carreira a Associação Portuguesa de Escritores, como a Sociedade Portuguesa de Escritores, exista para a defesa da liberdade de consciência e para a * 89

(%) Alexandre Pinheiro Torres, "SPE Vinte anos depois da Extinção", *Diário de Notícias*, suplemento *Cultura*, 19 Maio 1985, p. IV.

(97) Luiz Pacheco, *Textos de Guerrilha (1ª série)*, Lisboa, Ler Editora, 1979, p. 89.

defesa da responsabilidade de escrever"⁽⁹⁸⁾. Assim, quer o facto de haver uma espécie de mimetismo nos actos rituais que fundaram a APE, quer a repetição de nomes, indicam-nos que todo o processo de fundação da APE foi conduzido no sentido de acentuar as semelhanças entre ambas as instituições. Ou seja, uma foi criada com a legitimidade da anterior. Tudo isto sugere uma dinâmica de grupo, que pôde manter-se apesar da aparente adversidade institucional e política. Para compreendermos de que forma foi possível manter essa dinâmica, é indispensável a análise da história do Centro Nacional de Cultura (CNC) durante a segunda metade da década de sessenta.

O Centro Nacional de Cultura

Desprovidos da única instituição onde se podiam reunir, os escritores afectos à extinta SPE, movidos com certeza pelo dinamismo e por uma solidariedade de grupo que anteriormente nunca haviam alcançado, encontraram uma outra forma de manter vivo esse sentimento de grupo, servindo-se para tal da mesma estratégia de intervenção institucional que animava a defunta Sociedade. O caso do CNC que de seguida vamos relatar teve, de facto, um significado político para os escritores, pois através do Centro continuaram a dispor de um lugar de diálogo e de intervenção, um espaço onde se podiam reunir e discutir estratégias de acção. O Centro, como instituição cultural, conseguiu manter-se activo graças à influência de um dos seus presidentes da Assembleia Geral, Henrique Martins de Carvalho que, sob o seu nome e a sua ajuda (pelas ligações que mantinha com o regime), fez com que o CNC não fosse tão incomodado. Segundo um pequeno historial lançado pelo Centro na ocasião dos seus cinquenta anos de vida, Martins de Carvalho encobriu algumas actividades do Centro, mesmo quando em desacordo com as ideias de Francisco Sousa Tavares e dos restantes elementos que estavam à frente das actividades que aí se desenrolavam. Ou seja, dava ao Centro uma certa protecção de carácter político(") pelo "respeito que o Estado Novo lhe votou" ⁽¹⁰⁰⁾.

⁽⁹⁸⁾ Sophia de Mello Breyner Andresen, citado em APE, *Breve Memorial...*, p. 19.

(") CNC, Arquivo audio-visual, entrevista gravada em vídeo a Francisco Sousa Tavares, 1995.

⁽¹⁰⁰⁾ barcos Soromenho Santos, "História do CNC", *CNC: 50 Anos de Vida*, Lisboa, 1995, p. 29.

Este processo repetiu-se, de alguma forma, durante o período de vigência do Estado Novo. Refira-se, por exemplo, o Gabinete de Investigações Sociais, que se conseguiu manter em funcionamento graças à cobertura de alguns elementos com relações privilegiadas com altos dirigentes do regime. Com efeito, a revista desse Gabinete foi, de certo modo, tolerada pelo regime, devido essencialmente à presença de José Pires Cardoso, à data Director do Gabinete de Estudos Corporativos (que funcionava no Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa)⁽¹⁰¹⁾.

Na sequência do caso da SPE, Francisco Sousa Tavares (Presidente da Direcção do CNC), Sophia de Mello Breyner Andresen e o grupo de intelectuais que se reunia no CNC procuraram que os escritores ingressassem em massa nessa instituição no intuito de que ela funcionasse como um desdobramento da SPE⁽¹⁰²⁾. Deste modo, os escritores passaram a reunir-se, por um lado, no CNC e, por outro, em reuniões clandestinas em casa de José Manuel Tengarrinha, Fernando Namora e Piteira Santos. Francisco Sousa Tavares deixou então a presidência do Centro, passando a ocupar o cargo durante um ano Sophia de Mello Breyner que detinha "mais prestígio no meio literário"⁽¹⁰³⁾: "Os escritores antifascistas reúnem-se no CNC por intermédio de Sophia de Mello Breyner, graças ao seu prestígio no meio, e é eleita então presidente do Centro. Daqui parte uma campanha para condenar a extinção da SPE"⁽¹⁰⁴⁾.

Esta escritora funcionou, assim, como elemento de atracção, tipificando um processo de integração de indivíduos numa organização por meio de laços interpessoais, ou seja, um elemento com ligações comuns a dois grupos serviu como "ponte" entre ambos, num universo suficientemente pequeno, como era o dos escritores e dos intelectuais, para que houvesse canais informais de difusão de ideias

(101) Adérito Sedas Nunes, "Histórias, uma História e a História: sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal", *Análise Social*, vol. XXIV, n.º 100, 1988, p. 26.

(102) Na opinião de Francisco Sousa Tavares, "era preciso continuar a obra da SPE": CNC, Arquivo audio-visual, entrevista gravada em vídeo a Francisco Sousa Tavares, 1995.

(103) *Idem, ibidem*.

(104) Marcos Soromenho Santos, "História do CNC...", p. 34.

e de formas de intervenção cultural e political⁽¹⁰⁵⁾.

Assim, entre 1965 e 1966 entraram para o CNC como socios diversos escritores anteriormente ligados à SPE. Da consulta dos ficheiros de socios do CNC nesses dois anos, verificamos o ingresso de um número considerável de escritores e intelectuais como Fernando Namora, José Tengarrinha, Alberto Ferreira, Urbano Tavares Rodrigues, José Cardoso Pires, Vasco Graça Moura, Fernanda Botelho, Jacinto do Prado Coelho, Matilde Rosa Araújo, José Gomes Ferreira, Manuel da Fonseca, Manuel Ferreira, Gastão Cruz, João Bénard da Costa, José-Augusto França, Álvaro Salema, Luís Francisco Rebello, José Palla e Carmo, José Bento, Luís Filipe Lindley Cintra, Fernando Pernes, Carlos de Miranda, Nuno Brederode dos Santos e outros elementos da oposição como Mário Soares, Raúl Rêgo, Salgado Zenha, Jorge Sampaio e João Pedro Miller Guerra⁽¹⁰⁶⁾. É curioso verificar que do conjunto das iniciativas levadas a cabo pelo CNC, contam-se algumas conferencias e actividades culturais que faziam parte do plano de acção da SPE para o trienio de 1965-1967⁽¹⁰⁷⁾, como por exemplo, a sessão comemorativa do centenário de Raul Brandão (1967), em que participaram David Mourão-Ferreira, Rogério Paulo e Jacinto do Prado Coelho, e a promoção de visitas de escritores brasileiros a Portugal, que levou ao Centro nomes como Felix Cucurrul, Dinah Queiroz, Jorge Amado e Erico Veríssimo⁽¹⁰⁸⁾.

A entrada desses elementos provenientes da SPE, alguns deles conotados com o Partido Comunista, provocou uma cisão entre os sócios fundadores, na sua grande maioria monárquicos. Tratou-se, em parte, do culminar de um processo de viragem na orientação do Centro, iniciado em 1957, quando Fancisco de Sousa Tavares foi eleito pela primeira vez presidente do Centro e começou a atrair, por um lado, elementos da *Seara Nova*, adversários do grupo da *Filosofia Portuguesa*, de que faziam parte muitos dos seus sócios fundadores e, por outro

⁽¹⁰⁵⁾ Mark S. Granovetter, "The Strenght of Weak Ties", in Samuel Leinhardt (ed.), *Social Networks: A Developing Paradigm*, New York, Academic Press, 1977, pp. 347-367.

⁽¹⁰⁶⁾ CNC, Arquivo Histórico, *Ficheiro de Sócios*, 1965 e 1966.

⁽¹⁰⁷⁾ APE, *Breve Memorial...*, pp. 10-11.

⁽¹⁰⁸⁾ Marcos Soromenho Santos, "Historia do CNC...", p. 34; APE, *Breve Memorial...*, p. 11.

lado, em 1964, os elementos daquilo que viria a ser apelidado de *Resistência Cristã*. Este último movimento, identificado mais tarde como os chamados "católicos progressistas", foi criado em 1966 e incluía, entre outros, "aqueles que sonharam com a sua passagem a Democracia Cristã (o António Alçada, o Francisco Sousa Tavares, o José Pedro Pinto Leite) como aqueles que pretendiam, com ela, alargar o fosso entre o regime e um dos seus mais abalados bastiões (o Nuno Bragança, o Nuno Teotónio Pereira, o Victor Wengorovius, eu próprio)"⁽¹⁰⁹⁾. Essa nova geração de sócios, que apostava em formas mais activistas de oposição ao regime, rejeitando por isso o reformismo dos monárquicos, começou a viver intensamente acontecimentos marcantes como a campanha de Humberto Delgado, o início da Guerra de África, a crise académica de 62, fenómenos que progressivamente tornaram o CNC uma figura de proa na oposição à política de Salazar. O ingresso de novos sócios com a extinção da SPE e, depois, o protagonismo por eles assumido durante a crise académica de 1967 e 1968, provocou a ruptura definitiva com a maioria dos sócios fundadores, que se demitiram em massa em 1967. Assim, como novos sócios provenientes dessa geração de protagonistas das crises académicas entraram para o Centro, entre outros, António Reis, Eduardo Prado Coelho, Nuno Júdice, Luís Miguel Cintra, Margarida Soromenho, Jorge Silva Melo, Jaime Gama, José Manuel Nunes. Esta foi a "geração que, apadrinhada pelos académicos emergentes de 62 e pelos que vieram com a extinção da SPE, provocou a ruptura com a maioria dos sócios fundadores, monárquicos, e agora tidos por 'conservadores', que se demitem quase em massa nesse ano de 67" (no). A demissão como sócios, apresentada num abaixo assinado encabeçado por Afonso Botelho e Gastão da Cunha Ferreira, baseou-se no argumento de que o Centro estaria a trair o seu espírito não político, envolvendo-se em actividades políticas que punham em causa a autonomia da cultura. Mais uma vez, verifica-se que o argumento da autonomia motiva cesuras entre os intelectuais.

O CNC teve, pois, um papel importante no processo imediatamente posterior de condenação do regime pela extinção da SPE, uma vez que foi a partir dele que também se desencadeou uma

⁽¹⁰⁹⁾ João Bénard da Costa, "Nós os Vencidos do Catolicismo", *O Independente*, 14 Ago. 1997, pp. 28-36/R.

⁽¹¹⁰⁾ Marcos Soromenho Santos, "História do CNC...", p. 35.

campanha organizada e apoiada por importantes instituições europeias. Na sequência de uma reunião em casa de Fernando Namora (Urbano Tavares Rodrigues refere como tendo estado presentes Alves Redol, Álvaro Salema, Augusto Abelaira e José Cardoso Pires⁽¹¹⁾) saiu a decisão de José Cardoso Pires ir a Londres e Urbano Tavares Rodrigues a Paris com o intuito de agitar a opinião pública internacional. Este último terá contactado Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre, a quem passou todas as informações sobre a SPE para que fosse publicado um artigo de denúncia no *Temps Modernes*. Contactou também diversos jornais franceses, como o *Le Monde*, o *L'Humanité* e o *Nouvel Observateur*⁽¹²⁾.

Em Dezembro de 1965, através de António Alçada Baptista, o CNC ligou-se ao Congrès pour la Liberté de la Culture, que apoiava os países onde não havia liberdade de cultura, nomeadamente na Europa de Leste e na Península Ibérica, e pretendia criar, nos casos espanhol e português, urna nova dinâmica intelectual: reforçar a corrente intelectual que se desligou (ou que nunca se ligou) do progressismo que emanava dos partidos comunistas europeus, ou seja, acabar com o monopólio comunista da oposição, e fixá-la no centro esquerda do espectro político⁽¹³⁾. O Congrès pour la Liberté de la Culture surgiu na sequência das acções conjuntas de diversas instituições francesas supostamente apoiadas pelo governo americano (caso da CIA em Espanha e Portugal, uma suspeita que provocou algum escândalo⁽¹⁴⁾): o Secretariado Internacional da organização que precedeu a criação do Congresso, onde pontificavam Pierre Emmanuel, Michael Josselson e Constantin Jelenski; o Centre de Sociologie Européenne em Paris, dirigido por Raymond Aron e criado com o apoio da Fundação Ford, a qual foi uma expressão da diplomacia cultural americana na Europa. Em 1966, foi criada a Fondation pour une Entraide Intellectuelle Européenne, com o intuito de reorganizar e dinamizar as actividades

⁽¹¹⁾ CNC, Arquivo audio-visual, entrevista gravada em vídeo a Urbano Tavares Rodrigues, 1995.

⁽¹²⁾ Entrevista a Urbano Tavares Rodrigues, Lisboa, 20 Abr. 1998. Contactou ainda com o seu irmão Miguel que era na altura redactor do *Estado de S. Paulo*.

⁽¹³⁾ Pierre Grémion, "Tour une Entraide Intellectuelle Européenne", *L'intelligence de l'anticommunisme*, Paris, Fayard, CNRS, 1995, pp. 487-509.

⁽¹⁴⁾ Antonio Alçada Baptista, *A Pesca à Linha: Algumas Memórias*, Lisboa, Presença, 1998, p. 230.

do Congresso, dotando-o simultaneamente de uma maior capacidade financeira.

Curiosamente, o ponto de partida das actividades dessa instituição coincidiu com o seu contacto em Portugal. A Comissão portuguesa do Congresso teve como ponto de apoio Alçada Baptista, que entrou em contacto com Pierre Emmanuel por intermédio da revista *Esprit*. Pierre Emmanuel veio pela primeira vez a Portugal em Março de 1965, juntamente com Pablo Marti-Zarro, o secretário da Comissão Espanhola, que vieram dar a conhecer a sua experiência como responsáveis pela secção espanhola três anos antes criada (quando o Congresso ainda não existia) e desenvolver as relações entre os dois países. Ambos são recebidos por Alçada Baptista que os conduz ao CNC, onde funcionava igualmente a Editora Moraes. No decurso desta visita, Pierre Emmanuel entrou em contacto com Vasco Pulido Valente, Francisco Salgado Zenha, Nuno Bragança (mais tarde o representante de Portugal na OCDE), António Ramos Rosa, Urbano Tavares Rodrigues, Alexandre O'Neill e Adérito Sedas Nunes. Estabeleceu igualmente contactos com a Fundação Calouste Gulbenkian, onde conversou com Branquinho da Fonseca e Domingos Monteiro, com o intuito de estabelecer uma rede de informações sobre as futuras iniciativas do Congrès pour la Liberté de la Culture⁽¹¹⁵⁾.

A Comissão Portuguesa para as Relações Culturais Europeias reuniu diversas pessoas, todas com ligações ao CNC. Para além de Alçada Baptista, faziam parte da Comissão João Bénard da Costa (secretário da Comissão que estava em contacto directo com Roselyne Chenu, assistente de Pierre Emmanuel em Paris), Luís Filipe Lindley Cintra, Adérito Sedas Nunes, João Salgueiro, Joel Serrão, José Cardoso Pires, Piteira Santos, José-Augusto França, Miller Guerra, Mário Murteira, Nuno Bragança, Rui Grácio, José Palla e Carmo e Maria de Lourdes Belchior. O funcionamento desta Comissão foi decalcado do modelo espanhol: bolsas atribuídas a intelectuais, conferências, colóquios e apoio à tradução e publicação de obras (pela Moraes, obviamente). A investigação em Ciências Sociais que se encontrava sediada no grupo do Gabinete de Investigações Sociais, foi financiada pelo Congresso, de cujo comité

⁽¹¹⁵⁾ *Idem, ibidem*, p. 73.

português, como afirmámos, fazia parte Adérito Sedas Nunes, um dos elementos principais do Gabinete⁽¹¹⁶⁾.

No contexto da corrida às anunciadas "primeiras eleições livres", António Reis organizou no Centro uma reunião onde se revelaram e distinguiram dois grupos que tornaram impossível a existência de uma coesão entre os intelectuais ligados ao CNC: "[...] abortada em 1967 a tentativa 'unitária' da Resistência Cristã, os católicos que a tinham fundado e quase todos os que, nos anos 50 e 60, se tinham oposto ao regime, dividiram-se, em 1969, pelas várias listas que concorreram, nesse ano, às 'eleições'" ⁽¹¹⁷⁾.

Pinto Leite e Miller Guerra ingressaram nas listas da Acção Nacional Popular (ex-União Nacional), constituindo o que veio a ser designado por "Ala Liberal". António Alçada Baptista, Francisco Lino Neto, Francisco Sousa Tavares, Sophia de Mello Breyner Andresen, Ruy Belo, Gonçalo Ribeiro Telles, entre outros, juntaram-se à Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), criada em torno de Mário Soares, funcionando como uma espécie de "embrião do Partido Socialista"⁽¹¹⁸⁾. João Bénard da Costa, José Manuel Galvão Telles, Victor Wengorovius, Francisco Pereira de Moura, Lindley Cintra, Padre José Felicidade, Nuno Teotónio Pereira, Nuno Bragança, entre outros, integraram as listas da Comissão Democrática Eleitoral (CDE), apoiada pelo Partido Comunista e por outros grupos de esquerda. As disputas entre estes dois grupos vão acabar por dividir o Centro, sobrevivendo uma cisão entre as famílias oposicionistas, que Eduardo Lourenço viu como um aspecto positivo, "a primeira luz na noite de uma Oposição onde nem todos os gatos eram tão pardos como a muitos conviria" ⁽¹¹⁹⁾. A Direcção de Galvão Teles, afecta à CDE, foi derrotada pelo grupo da CEUD, de que faziam parte Mário Soares, Raul Rêgo e Francisco Salgado Zenha. Francisco Sousa Tavares regressou à presidência do

⁽¹¹⁶⁾ Adérito Sedas Nunes, "Histórias, uma História e a História..."; o Congresso financiou vários cursos, uma prolongada estada de Sedas Nunes em Paris e a ida de bolseiros da Gulbenkian ao Congresso Mundial de Sociologia.

⁽¹¹⁷⁾ João Bénard da Costa, "Nós os Vencidos...", p. 36.

⁽¹¹⁸⁾ *Idem, ibidem.*

⁽¹¹⁹⁾ Eduardo Lourenço, "Contribuição para um debate difícil", in *O Fascismo Nunca Existiu*, Lisboa, Dom Quixote, 1976, p. 63 (este texto foi escrito nas vésperas das eleições de 1969, tendo ficado na altura por publicar).

Centro no final de 1969. O Centro assumia-se decididamente como um polo de intensa actividade política, numa altura em que todas as outras instituições de cultura se encontravam neutralizadas pelo regime, reunindo em torno das suas iniciativas grande parte da oposição intelectual portuguesa.

O caso do CNC levanta algumas perplexidades. Em primeiro lugar, revela o poder crescente de um grupo minimamente organizado de oposição intelectual que se pretendeu afirmar alheio aos ditames do Partido Comunista, ou seja, um grupo que pretendeu disputar-lhe a preponderância que exercia no campo cultural. Em segundo lugar, a entrada dos elementos ligados à SPE radicalizou a posição política do CNC, levando inclusivamente ao afastamento dos seus elementos mais moderados, os monárquicos fundadores. Em terceiro lugar, o Centro funcionou como um local onde se reuniu um conjunto de pessoas extremamente heterogéneo quanto às atitudes políticas mas relativamente homogéneo quanto ao objectivo que os unia: a oposição ao Estado Novo.

Conclusões

É possível isolar duas conclusões de tudo aquilo que foi afirmado. Em primeiro lugar, o neo-realismo não chegou moribundo à década de sessenta, como referem algumas análises da história da literatura. As cronologias da história da literatura parecem assim errar o alvo, centrando-se apenas na produção literária dos escritores, tendo como resultado a reprodução dos discursos dos próprios escritores⁽¹²⁰⁾. Ora uma análise sociológica, centrada não só nos mecanismos institucionais, mas também nas práticas e nos discursos de intervenção social dos escritores, permite afirmar que o neo-realismo, pelo menos até ao final da década de sessenta, continuou a deter uma posição dominante, influenciando as sucessivas configurações que o "campo literário" foi assumindo. A extinção da SPE, decorrente da acção preponderante de uma das figuras centrais do neo-realismo de sessenta,

⁽¹²⁰⁾ Um problema que Carlos Reis não refere quando enuncia as vulnerabilidades de uma sociologia da literatura, *Técnicas de análise textual: introdução à literatura crítica do texto literário*, Coimbra, Almedina, 1981 (3ª edição), pp. 95-97.

Alexandre Pinheiro Torres, obrigou os escritores, fossem eles opositores ou apoiantes do regime, a assumirem as suas posições, dando origem à interpenetração dos mundos literário e político, afinal o grande objectivo de toda a doutrina neo-realista⁽¹²¹⁾.

Em segundo lugar, o problema da autonomia. É nesta questão que está assente o argumento central deste texto. Partindo da discussão do conceito de campo, que tem na sua génese a ideia de autonomia, o que se pretendeu foi equacionar os problemas que se podem levantar a uma aplicação linear desse mesmo termo. Uma análise sociológica do fenómeno literário deve partir, segundo Bourdieu, do estudo daqueles elementos objectiváveis, nomeadamente os processos de institucionalização (como a criação de associações de classe, de revistas, de prémios literários, a existência de uma crítica especializada, etc)⁽¹²²⁾, os quais permitiriam captar a existência de uma autonomia (relativa) da "vida literária", autonomia essa indispensável para empreender uma batalha simbólica contra os poderes exteriores. A lógica que governa o campo é assim a ideia da produção desinteressada relativamente aos poderes económico e político⁽¹²³⁾. É esse desinteresse, essa negação dos interesses económico e político (com o conseqüente refúgio no domínio da arte e da cultura) que está na base do capital simbólico. O envolvimento da literatura na política no período que analisámos vem provar precisamente a dificuldade que existe em utilizar a noção de campo recorrendo apenas a esses elementos objectiváveis.

Como afirmámos a partir da análise dos acontecimentos relatados, houve uma utilização retórica, para fins de contestação política,

⁽¹²¹⁾ A este respeito veja-se Carlos Reis (dir.), *Textos Teóricos do Neo-Realismo Português*, Coimbra, Seara Nova, 1981.

⁽¹²²⁾ Pierre Bourdieu, "Te champ littéraire...".

⁽¹²³⁾ Por esta razão se torna difícil falar da existencia nítida de um "campo literário" no período anterior ao encerramento da SPE, nos "anos de Ferro", como faz Jorge Ramos do Ó. Ao referir-se ao "dispositivo cultural", cuja lídima expressão seria a "Política do Espírito", Ramos do Ó utiliza o conceito de "campo literário do poder" para analisar, entre outros aspectos, os discursos e as práticas dos agentes (ou autores) que "trabalhavam às suas [do governo] ordens" (Jorge Ramos do Ó, *Os anos de Ferro...*, p. 128). Como se pode facilmente deduzir, a ideia de um campo literário do poder é uma contradição (importa referir que o autor toma de empréstimo a terminologia de Bourdieu, nomeadamente no que diz respeito ao conceito de campo).

de um valor específico do literário ou, de outra forma, a afirmação e o exercício da autonomia cultural serviu como veículo de oposição política. De facto, a perseguição política que levou à extinção da SPE converteu-se em autoridade simbólica e permitiu legitimar os argumentos de contestação ao regime, ou seja, assistiu-se à instrumentalização política do valor da autonomia. A "colonização" do CNC surgiu depois como um substituto para a prossecução das actividades desenvolvidas anteriormente em torno da SPE, permitindo que os escritores se reorganizassem. Por outras palavras, a possibilidade de continuar a utilizar mecanismos institucionais através do CNC permitiu gerir os conflitos internos dos escritores e destes com o reino da política, continuando a autonomia a ser manipulada para fins de retórica política.

Sendo um elemento de retórica, a autonomia deixa de ser objectivável unicamente através da análise dos processos de institucionalização. Na realidade, as representações que os próprios agentes fazem da autonomia acabam por interferir na configuração do "campo", sendo por isso necessário incorporar essas representações nas análises que se fazem do fenómeno. Neste sentido, não se pode afirmar, de uma vez por todas, que o princípio da autonomia é, por si, gerador do conceito de campo. O que nos leva a pensar que a ideia de campo, segundo a teoria de Bourdieu, tem um potencial reificador porque incapaz de captar os aspectos menos formais da realidade. Da mesma maneira, acaba por suprimir os elementos mais subjectivos dos processos sociais, ligados às representações, volúveis, que os próprios actores fazem da autonomia da sua produção literária.

Quando nos referimos a "utilização retórica" pretendemos também afirmar que esse princípio foi instrumentalizado de forma distinta por diversos escritores consoante as circunstâncias e o momento político, fazendo com que a ideologia da autonomia fosse difícil de distinguir da ideologia da participação. Um estudo assente nos processos de mais longa duração⁽¹²⁴⁾ proporcionar-nos-ia argumentos para sustentar ainda mais a ideia que aqui defendemos. Em 1975, quando da realização do I Congresso dos Escritores⁽¹²⁵⁾,

⁽¹²⁴⁾ João Pedro George, *O Campo Literário em Portugal (1960-1995): Prémios Literários, Escritores e Acontecimentos*, Universidade Nova de Lisboa - FCSH (dissertação de mestrado - texto policopiado), 1998.

⁽¹²⁵⁾ Decorrido nos dias 10 e 11 de Maio de 1975 no Auditório da Biblioteca Nacional. Os textos das comunicações não estão publicados nem sequer, tanto

muitos dos escritores que em 1965 se revoltaram contra o regime devido à sua interferência nos assuntos literários surgem nos seus discursos a defender a integração da literatura na dinâmica da Revolução⁽¹²⁶⁾. Alguns anos depois, no II Congresso, em 1982⁽¹²⁷⁾, ou mesmo mais tarde, em 1992, quando o livro de José Saramago, *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*, foi excluído da candidatura ao Prémio Literário Europeu por decisão do sub-Secretário de Estado da Cultura, Sousa Lara, os escritores fazem como que um recuo estratégico à posição de autonomia.

As utilizações simplistas da noção de campo podem pois acarretar alguns perigos⁽¹²⁸⁾. Na verdade, a teoria dos campos de Bourdieu pode dar resposta a alguns problemas sociológicos, mas pode igualmente constituir um obstáculo à compreensão do mundo social. Porque, como tentamos aqui demonstrar, certos momentos históricos suscitam problemas que põem em causa a utilização do conceito de "campo", principalmente quando visto apenas como um espaço no interior do qual decorrem "lutas simbólicas pelo 'monopólio da competência' considerada legítima"⁽¹²⁹⁾. O conceito definido por Bourdieu aponta, acima de tudo, para os processos de institucionalização, cuja legitimidade assenta no valor da autonomia. Em Portugal, como vimos, esta questão é bem mais complexa do que parece. Porque a autonomia, mais do que uma propriedade intrínseca

quanto foi possível apurar, disponíveis ao público através dos canais institucionais. Nesse sentido, agradecemos à Senhora D. Maria Emilia Palla e Carmo o facto de gentilmente nos ter cedido copias das comunicações ao I Congresso dos Escritores Portugueses.

⁽¹²⁶⁾ Sobre o período imediatamente posterior ao 25 de Abril para o caso dos escritores, veja-se António Sousa Ribeiro, "Configurações do Campo Intelectual Português no Pós-25 de Abril: o Campo Literário", in Boaventura de Sousa Santos (dir.), *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, 1995, pp. 481-512.

⁽¹²⁷⁾ Decorrido nos dias 3, 4 e 5 de Março de 1982 na Fundação Calouste Gulbenkian. Para uma análise dos discursos então proferidos, veja-se APE, *II Congresso dos Escritores Portugueses - discursos, comunicações, debates, moções e saudações*, Lisboa, Dom Quixote, 1982.

⁽¹²⁸⁾ Para uma crítica à noção de campo, veja-se Bernard Lahire, "Champ, hors-champ...".

⁽¹²⁹⁾ Como acontece com Jorge Ramos do Ó, *Os Anos de Ferro...*, pp. 15-16, apoiando-se para tal em Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, p. 13.

ao campo literário, está sujeita a diferentes usos retóricos e ideológicos. Apenas uma análise mais preocupada com a dimensão histórica e com os discursos dos próprios escritores sobre os princípios que legitimam a sua prática permitirá perceber o alcance e as limitações do conceito.